

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Qual o impacto da crise alimentar global na relocalização da produção?

Matteo Rivela

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora: Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Catedrática, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Qual o impacte da crise alimentar global na relocalização da produção?

Matteo Rivela

Mestrado em Estudos do Desenvolvimento

Orientadora: Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora
Catedrática, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023

À minha Sicília

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro não posso deixar de agradecer infinitamente o apoio que me deu ao longo de toda a investigação. Agradeço-lhe a prontidão com que sempre se dedicou a mim, o tempo e a energia que me disponibilizou. Agradeço-lhe por ter acreditado em mim e no trabalho que me propus realizar. Foi um privilégio ter sido orientado por ela.

Estou profundamente grato a todos os entrevistados, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. Obrigado a Silvia, Giuseppe, Alfonso, Andrea, Michele, Rosario, Giacomo, Nino e Sergio pelo tempo que me dispensaram.

Obrigado aos meus pais, que sempre estiveram presentes para me apoiar nos meus estudos em Portugal, um percurso feito de várias dificuldades, mas que, juntamente com eles, sempre consegui ultrapassar.

Obrigado à Miriana. Se consegui finalizar este trabalho foi também graças a ela, que esteve sempre ao meu lado a motivar-me.

Obrigado, Rossella. Passámos juntos dois anos de vicissitudes e sempre nos apoiámos mutuamente. Foi também graças ao facto de ter sempre acreditado em mim que consegui concluir este percurso.

Obrigado, Inês, pelas nossas conversas que me guiaram emocionalmente durante estes dois anos.

Obrigado aos meus colegas de curso, com quem partilhei as ansiedades e as alegrias de todo o nosso percurso. Obrigado, Maria, Bernardo, Sara, Diogo e Verónica.

Obrigado, Lisboa.

Resumo

A dissertação apresenta uma investigação sobre o impacto das crises do século XXI, nomeadamente, a crise pandémica e a guerra na Ucrânia no sistema alimentar global, incluindo os sistemas alimentares locais. A investigação foca-se num sistema alimentar local, localizado na Sicília, mais concretamente na produção de variedades de trigo autóctones na região do sul de Itália.

Utilizando a abordagem dos "regimes alimentares" são identificadas as circunstâncias que levaram à construção do atual sistema alimentar neoliberal, o *Corporate Food Regime*. Esta abordagem considera a análise das dinâmicas geopolíticas globais.

Serão exploradas alternativas de modelo do sistema alimentar neoliberal, incluindo a realocação da produção, a autossuficiência alimentar através da consideração dos conceitos de Soberania Alimentar.

Palavras-chave: sistema alimentar, regimes alimentares, neoliberalismo, realocação, Soberania Alimentar, cadeias curtas de abastecimento, desenvolvimento rural

Abstract

The dissertation presents an investigation into the impact of the crises of the 21st century, namely the pandemic crisis and the war in Ukraine, on the global food system, including local food systems. The research focuses on a local food system, located in Sicily, and more specifically on the production of indigenous wheat varieties in the southern Italian region.

Using the "food regimes" approach, the circumstances that led to the construction of the current neoliberal food system, the Corporate Food Regime, are identified. This approach considers the analysis of global geopolitical dynamics.

Alternative models of the neoliberal food system will be explored, including the relocalization of production, food self-sufficiency through the consideration of the concepts of Food Sovereignty.

Key words: food system, food regimes, neoliberalism, relocalization, Food Sovereignty, short supply chains, rural development

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice de figuras e tabelas	ix
Lista de acrónimos	xi
1. Introdução	1
2. Contextualização teórica.....	4
2.1. Viver no neoliberalismo	4
2.1. Orientações sobre o estudo	5
3. A alimentação e a construção do neoliberalismo.....	7
3.1. O que resultou da hegemonia norte-americana	9
3.2. Novos atores entram na cena global	9
3.3. O advento da Green Revolution	10
3.4. As verdades sobre a Green Revolution.....	11
3.5. O fim do Postwar Food Regime	14
4. Um novo regime alimentar	15
4.1. O promissor mercado livre revelou-se enganador.....	16
4.2. A questão dos preços e a reprodução do capitalismo	17
4.3. Land grabbing e produção de biocombustíveis	19
5. Os desafios do presente.....	20
5.1. Ambiente e sistemas alimentares.....	20
5.2. Concentração da produção e geopolítica do sistema alimentar.....	21
5.3. O sistema alimentar durante a Covid-19	24
5.4. Relocalização dos sistemas alimentares	25

5.5.	A realocização dentro da Soberania Alimentar	26
5.6.	Trajetos de sustentabilidade dentro da União Europeia	28
6.	Metodologia utilizada	30
6.1.	Justificações para a escolha da metodologia	30
6.2.	A realização da investigação empírica	31
7.	Estudo de caso.....	38
7.1.	Caracterização territorial	39
7.2.	Análise dos resultados	44
7.2.1.	Dimensão económica	44
7.2.1.1.	Apoios financeiros	50
7.2.2.	Dimensão ambiental	51
7.2.3.	Dimensão ética	52
7.2.4.	Dimensão social	56
7.2.5.	A cadeia de abastecimento dos grãos antigos durante a pandemia	58
7.2.6.	A guerra na Ucrânia e a cadeia de abastecimento dos grãos antigos	61
7.3.	Síntese.....	63
8.	Conclusão.....	67
	Referências bibliográficas	73
	Apêndices	79
	Apêndice A – Guião de entrevista para compreender o funcionamento da associação	79
	Apêndice B – Guião de entrevistas destinado aos agricultores.....	80
	Apêndice C – Guião destinado ao proprietário do moinho.....	82

Índice de figuras e tabelas

Quadro 6.2.1 – Lista dos entrevistados	33
Figura 6.2.3 - Mapa geográfico da Sicília e localidades das entrevistas.....	34
Figura 6.2.2 – Mapa geográfico da Sicília e localidades das entrevistas (zoom).....	34
Quadro 7.1.1 – Lista das capitais de distrito por números de habitantes	39
Figura 7.1.2 – PIB per capita das regiões europeias, 2020 (mapa)	40
Figura 7.1.3 - PIB per capita das regiões europeias, 2020 (gráfico).	41
Figura 7.1.4 – Nível de emprego nas regiões europeias, 2021 (idade 20-64) (mapa).....	41
Figura 7.1.5 - Nível de emprego nas regiões europeias, 2021 (idade 20-64) (gráfico).....	42
Figura 7.1.6 – Percentagem de jovens (idade 15-24) que não estudam, não trabalham e não frequentam qualquer curso de formação (mapa)	43
Figura 7.1.7 - Percentagem de jovens (idade 15-24) que não estudam, não trabalham e não frequentam qualquer curso de formação (gráfico)	43
Figura 8.1.1 – Uma espiga de trigo Timilia, dada pela Silvia	72

Lista de acrónimos

OMC - Organização Mundial do Comércio

AoA - Agreement on Agriculture

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade

PFR - Postwar Food Regime

CFR - Corporate Food Regime

PNOs - Países não ocidentais

PL 480 - Public Law 480

PIB – Produto Interno Bruto

CEE - Comunidade Económica Europeia

PAC - Política Agrícola Comum

GR - Green Revolution

WCED - World Commission on Environment and Development

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

NACs - New Agricultural Countries

ETNs - Empresas transnacionais

SAPEA - Science Advice for Policy by European Academies

UE - União Europeia

MENA - Médio Oriente e Norte da África

WFP - World Food Programme

GDE - Green Deal Europeu

ARS - Assemblea Regionale Siciliana

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

1. Introdução

O funcionamento do sistema alimentar atual é uma questão particularmente importante porque tem implicações diretas com várias questões, como as questões ambientais e energéticas, e tem repercussões da situação política, geopolítica e económica global.

Essas repercussões, embora decorrentes de dinâmicas internacionais, têm consequências na vida quotidiana, tanto nas cidades como nas zonas rurais. Neste sentido, essas consequências afetam o aspeto social e cultural das nossas vidas.

Através de uma análise histórica do atual sistema alimentar podemos compreender a ligação direta que este teve e tem ainda hoje na formação do equilíbrio global de poder, no fortalecimento do capitalismo e no estabelecimento do neoliberalismo. Também, através dessa análise, é possível perceber quem são os atores globais que condicionaram esses equilíbrios.

A partir da análise histórica, passamos a tratar de diferentes temas, políticos e geopolíticos, ambientais, éticos, sociais, culturais. Todos estes temas são facetas do comércio agroalimentar, tanto a nível global como a nível nacional e local.

Através da análise das dinâmicas sociopolíticas, socioeconómicas e geopolíticas do comércio agroalimentar, podemos evidenciar os problemas que dele decorreram e procurar soluções para os mesmos, passos que foram dados ao longo do texto.

O que se procurou compreender foi o impacto das crises económica e alimentar desencadeadas por duas recorrências, nomeadamente, a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia, nos mercados globais e locais.

O impacto foi estudado num contexto territorial específico, na ilha da Sicília, onde a produção de variedades autóctones de trigo se tem vindo a desenvolver há cerca de uma década e que caracteriza um comércio com dinâmicas diferentes do internacional.

Para compreender o impacto das crises acima enumeradas neste tipo particular de produção, foi essencial enquadrar o comércio agroalimentar desde o pós-Segunda Guerra Mundial, de forma a ter uma visão aprofundada de como se construiu o atual sistema alimentar, o chamado *Corporate Food Regime*, de forma a ter os elementos para o poder desconstruir e encontrar alternativas viáveis ao mesmo.

O texto, inicia-se com o estabelecimento do *Postwar Food Regime*, após a Segunda Guerra Mundial, e nele se destacam os atores globais que contribuíram para a ascensão do mercado alimentar internacional. Aqui, é dado especial destaque à *Green Revolution*, um paradigma

agro-económico descrito como o início da agricultura mecanizada, especializada e de produção em massa.

Da exploração intensiva da natureza através deste tipo de agricultura resultou o objetivo de maximização da produção agrícola para comercialização e não para uso interno da comunidade, região ou país. A maximização da produção destinada à exportação, tal como definida no texto, tem sido enfatizada desde que a agricultura foi incorporada pelas disposições da Organização Mundial do Comércio (OMC) através do ‘Acordo sobre a Agricultura’ (*Agreement on Agriculture*) (AoA).

Quando o referido acordo foi celebrado, em 1995, a economia já era global e os mercados hiperconectados, o que significa que já entrámos no segundo regime alimentar, o *Corporate Regime*, marcado, precisamente, pela liberalização dos mercados agroalimentares, pela substituição dos mercados locais por supermercados, pela produção em massa em larga escala e, em geral, pelo crescimento do poder registado pelo setor agroalimentar privado liderado por empresas transnacionais à custa do enfraquecimento do poder do Estado.

Para contrariar esta tendência, foram propostos diversos paradigmas comerciais alternativos à dinâmica dominante, incluindo o da realocização da produção e do consumo.

A questão da realocização será enquadrada tanto como um conceito em si mesmo quanto como um ponto fundamental de um projeto mais amplo, o da Soberania Alimentar.

A realocização é proposta na tese como um paradigma socioeconómico a ser adotado para estimular o fortalecimento das economias locais, encurtar as cadeias de abastecimento alimentar, buscar um modo de produção ética e ambientalmente justo, bem como reparar a fratura metabólica, ou seja, a separação do homem da natureza e, portanto, da agricultura das suas bases biológicas, que ocorreu devido à produção capitalista.

O paradigma da realocização foi estudado e aplicado no contexto siciliano porque a produção de variedades autóctones de trigo (doravante designadas por “grãos antigos”) é um exemplo notável de realocização e de desenvolvimento económico das zonas rurais.

Como já foi demonstrado, os grãos antigos não representam ainda uma produção capaz de substituir a dos grãos convencionais, cujas importações continuam a exceder largamente a produção autóctone. Por isso, foram destacadas as dificuldades e os desafios, bem como as oportunidades para que este tipo de produção, já realocizada, se torne prevacente.

O capítulo seguinte, denominado “Contextualização teórica”, fará uma introdução ao tema, começando por uma breve iniciação ao neoliberalismo e expondo depois a abordagem dos regimes alimentares juntamente com os principais autores.

No terceiro capítulo, “A alimentação e a construção do neoliberalismo”, será abordado o tema da construção do neoliberalismo através do comércio agroalimentar global e traça-se, em primeiro lugar, o nascimento e a evolução do *Postwar Food Regime* até ao seu fim na primeira metade da década de 1970.

O quarto capítulo, intitulado “Um novo regime alimentar”, inicia-se com o fim do *Postwar Food Regime* e aborda o comércio agroalimentar neoliberal desde os anos 80 até à atualidade, evidenciando os seus paradoxos e todos os problemas que daí advieram.

O quinto capítulo, “Os desafios do presente”, aborda o atual sistema alimentar global e os desafios que lhe estão associados, expondo também as suas principais alternativas.

O sexto capítulo explica a metodologia utilizada para realizar as entrevistas de estudo de caso. Este capítulo explica também, passo a passo, o desenrolar das entrevistas, bem como as dificuldades encontradas na sua realização.

O sétimo capítulo trata do estudo de caso. Foi dividido em vários parágrafos, cada um dos quais aborda o objeto do estudo, analisando-o de diferentes perspetivas. Os resultados das entrevistas serão explicados passo a passo nos vários parágrafos. No entanto, a fim de obter uma visão homogénea dos resultados, preferi resumi-los num parágrafo no final do capítulo.

Segue-se a conclusão e as possíveis pistas de investigação futuras.

2. Contextualização teórica

2.1. Viver no neoliberalismo

A disponibilidade de produtos oriundos de todo o mundo tornou-se a normalidade, especialmente para aqueles nascidos e crescidos sob a hegemonia do mercado livre.

Algumas das instituições internacionais mais relevantes, como a OMC, provavelmente continua a propor o neoliberalismo como solução para os problemas que afligem a nossa sociedade e o ambiente que nos rodeia, os quais, ironicamente, são os mesmos problemas causados pelo próprio neoliberalismo. Por problemas entende-se, antes de mais, a destruição de habitats inteiros, a poluição do ambiente, o desaparecimento de várias espécies animais e vegetais, bem como as alterações climáticas resultantes da sobre-exploração da natureza. Como também afirmado por Hartwick & Peet (2003, p. 194), “o argumento básico apoiado pela OMC é que a expansão do comércio e o aumento do acesso ao mercado levou a um aumento do rendimento per capita que, por sua vez, proporcionou mais recursos para conter os danos ambientais”.

Desde o início dos anos 80 os cidadãos dos países considerados desenvolvidos, ou seja, os pertencentes ao chamado Norte Global, experimentaram em primeira mão os efeitos da globalização, bruscamente fomentados pela desregulamentação dos mercados (Kotz, 2010), ou *neo-regulamentação*, a definição dada por Pechlaner e Otero (2013) para sublinhar a participação do Estado na sua subjugação ao mercado desregulado.

A partir deste período, primeiro nos Estados Unidos e no Reino Unido, e, mais tarde, na sequência do thatcherismo e do reaganismo no Japão e nos países europeus, a autorregulação dos mercados tornou-se o modelo económico predominante.

Segundo as ideologias neoliberais, abraçar uma economia de mercado ditada pela ideia do *laissez-faire* estimularia o crescimento económico do país, bem como o progresso técnico, a liberdade individual e a justa distribuição da justiça (Kotz, 2010). Assim, a economia planificada é definitivamente abandonada por cada vez mais países.

Embora o “mundo globalizado” já exista há pelo menos quinhentos anos (Wallerstein, 2000), o neoliberalismo foi o trampolim para a criação de mercados globais cada vez mais poderosos e interdependentes, onde o desagravamento fiscal nas importações trouxe uma vasta gama de novos produtos aos mercados domésticos. Assim, o neoliberalismo só tem tornado o capitalismo cada vez mais globalizado (Brand et al., 2020).

Segundo os mesmos autores, o sistema económico capitalista não segue qualquer código ético de produção e consumo, dado que o único objetivo é a acumulação de riqueza, perseguido através da mercantilização de coisas que pela sua natureza não seriam objetos de comércio, tornando-as mera mercadoria (*Ibid.*).

A sobre-exploração da natureza tomou um rumo dramaticamente negativo e acelerou consideravelmente desde que a agricultura foi incorporada nos acordos celebrados durante o *Uruguay Round* pelo GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*). O fim do *Uruguay Round*, que marcou o nascimento da Organização Mundial do Comércio, foi também marcado pela assinatura de um novo acordo: o *Agreement on Agriculture*.

Este novo acordo, que entrou em vigor em 1995, reveste-se de especial importância pelo facto de, pela primeira vez desde a criação do GATT em 1947, os produtos agrícolas estarem sujeitos a regras comerciais multilaterais (Gonzalez, 2002).

2.1. Orientações sobre o estudo

O objetivo do próximo capítulo é definir a base sobre a qual foi construído o atual sistema alimentar neoliberal, traçando as etapas que marcaram o segundo regime alimentar, o chamado *Postwar Food Regime* (PFR), tal como definido por Harriet Friedmann. Esse regime compreende o período entre o início da década de 1950 e a década de 1970, antes da completa desregulamentação dos mercados. Por isso, efetuar-se-á uma análise geopolítica do comércio agrícola mundial nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Os "regimes alimentares" são uma abordagem à teorização do sistema alimentar global formulada pela historiadora Harriet Friedmann e o sociólogo Philip McMichael (Friedmann & McMichael, 1989), nos anos 80 e retomada por vários autores, entre os quais Lawrence (2009, 2017) e Pechlaner & Otero (2013).

Os dois autores periodizam o sistema alimentar em três fases distintas.

O primeiro regime alimentar, que vai de 1870 a 1914, é caracterizado pela exportação de cereais, principalmente dos EUA, Canadá e Austrália para a Europa. Em contrapartida, a Europa exportava para estes países produtos acabados, mão-de-obra e, sobretudo, capital, essencial para a construção de infraestruturas para o desenvolvimento económico, como os caminhos-de-ferro (Friedmann & McMichael, 1989).

O segundo regime, como já foi referido, descreve a ordem económica global do pós-Segunda Guerra Mundial até à década de 1970, e destaca-se pelo papel desempenhado pelos Estados

Unidos na expansão do mercado capitalista para os novos Estados soberanos de África e da Ásia, doravante definidos como “países não ocidentais” (PNOs). Os Estados Unidos, como analisaremos mais adiante, subsidiaram a produção agrícola nacional e criaram excedentes que se destinavam aos PNOs sob a forma de ajuda alimentar.

O terceiro regime alimentar, definido por McMichael (2005, 2013) como *Corporate Food Regime* (CFR) e por Friedmann (2005) como *Corporate-environmental Food Regime*, traça o caminho do atual sistema alimentar, que começou nos anos 80 com o advento do neoliberalismo.

3. A alimentação e a construção do neoliberalismo

O domínio económico dos Estados Unidos cresceu vertiginosamente após a Segunda Guerra Mundial. Isto não quer dizer que o país não fosse já economicamente robusto antes da guerra. A diferença reside no papel que os EUA passaram a desempenhar no cenário geopolítico mundial, que se tornou um ponto de referência para a multidão de países economicamente destruídos pela guerra e, especialmente, para muitas antigas colónias que se tornaram independentes dos Estados europeus durante este período.

Os novos Estados soberanos representavam uma oportunidade para os EUA alargarem a sua hegemonia a novas fronteiras e, assim, contrariarem a influência da URSS onde fosse possível. As ajudas alimentares aos PNOs contribuíram para a prossecução do novo projeto geopolítico norte-americano (Sommerville et al., 2014).

Durante a primeira metade da década de 1950 a produção agrícola nas regiões rurais dos EUA registou um forte crescimento, apoiado por subsídios governamentais às explorações agrícolas. Para o Estado, o papel das famílias norte-americanas tornou-se particularmente central a partir deste período, uma vez que, até ao fim do segundo regime alimentar, em meados da década de 1970, representavam a maior força de trabalho na produção de excedentes agrícolas (OECD, 1974 citado em Friedmann, 1982).

A questão dos excedentes foi “resolvida” de duas formas: encaminhando-os para os novos mercados dos PNOs sob a forma de ajuda e comercializando-os nos mercados mundiais. Esta última prática, que já na altura constituía *dumping*, prejudicou os preços mundiais de uma forma geral, mantendo-os incrivelmente baixos (Murphy & Hansen-Kuhn, 2020).

Se as ajudas alimentares americanas representaram cerca de 36% do total das exportações mundiais de trigo entre 1961 e 1965 (Friedmann, 1982), as exportações objeto de *dumping* também se revelaram substanciais.

Vários países registaram elevados níveis de importações de cereais subsidiados, o que, de facto, contribuiu para a expansão do poder dos EUA através do aumento das exportações. Entre estes países contam-se a Argentina e o Japão, bem como outros países da América Latina, da Ásia e de África (*Idem*).

Com uma agricultura fortemente subsidiada e uma produção tão extensa, os preços mundiais do trigo mantiveram-se baixos e, por esse motivo, os outros países dificilmente podiam competir com os EUA. Além dos subsídios, outras políticas públicas internas promoveram a comercialização máxima do trigo. Neste contexto deve salientar-se o papel desempenhado pela

Public Law 480 (PL 480) no crescimento das exportações dos EUA, que, em 1954, foi promulgada precisamente para garantir a venda dos excedentes a todos os países que não dispunham de câmbio.

Com o objetivo de estabelecer novos laços comerciais, aos quais poderiam ser vendidos os futuros excedentes de cereais (Bruce, 2015), os Estados Unidos concretizavam assim o seu projeto capitalista e neoliberal.

No cenário internacional, a PL 480 recebeu a conotação positiva de lei destinada à ajuda humanitária aos países subdesenvolvidos. Essa conotação foi ainda mais enfatizada quando passou a ser chamada *Food for Peace* durante a Guerra do Vietname (Friedmann, 1982).

A difusão do sistema capitalista através do mito do desenvolvimento económico era um tema central na agenda externa dos EUA, e a exportação de cereais baratos para os PNOs era uma das formas mais eficazes de expandir esse mito (Barrett & Maxwell, 2007).

Nos PNOs a importação de cereais baratos facilitou a especialização da agricultura (Bernstein, 2001). Isto porque, como as necessidades alimentares da população começaram a ser satisfeitas através dessas importações, a agricultura nacional pôde especializar-se na produção de bens agroalimentares (na maior parte das vezes, de produtos não básicos) para exportação para os mercados mundiais.

Esta dinâmica justifica-se pela evidente diferença de eventuais lucros, sendo a exportação muito mais rentável do que a satisfação do consumo interno (Clarke, 2003, p. 663).

Uma consequência das importações foi a descida dos preços nos mercados nacionais (Ilbery & Bowler, 2003), o que prejudicou os trabalhadores rurais que vendiam os seus produtos nos mercados locais (Clarke, 2003, p. 663), pois era-lhes impossível competir com preços tão baixos.

A outra consequência das importações foi o declínio da autossuficiência alimentar (Ilbery & Bowler, 2003), o que levou a uma maior dependência de países estrangeiros para o abastecimento (Bernstein, 2016).

Empobrecidos pelo novo sistema alimentar, os habitantes das zonas rurais deslocaram-se para as grandes aglomerações urbanas (Bernstein, 2001), locais de implantação das novas indústrias, que provocou um despovoamento progressivo das zonas rurais, bem como uma diminuição da mão de obra (Araghi, 1995).

3.1. O que resultou da hegemonia norte-americana

A industrialização capitalista, como também sugere Friedmann (1982), implica duas transformações: a primeira, é que a população, uma vez separada da sua terra de cultivo (fonte de abastecimento), deve ser economicamente capaz de comprar alimentos. A segunda é, como vimos, que a agricultura deve especializar-se.

Nas grandes aglomerações urbanas, destino dos trabalhadores assalariados, o desfasamento entre a necessidade humana de alimentos e a capacidade de os adquirir aumentou exponencialmente, precisamente devido à instauração do regime alimentar internacional (*Ibid.*). Assim, em vez de promover a mercantilização dos géneros alimentícios locais sob a égide do mercado livre, a industrialização da agricultura patrocinada pelos Estados Unidos provocou o seu desaparecimento (Friedmann & McMichael, 1989), uma vez que estes países, inundados de alimentos estrangeiros, foram transformados primeiro em consumidores e depois em produtores dos mesmos.

Por conseguinte, como vimos, as ajudas alimentares não se destinavam a desenvolver a agricultura desses países (Friedmann 1982), mas sim a criar e manter a dependência de alimentos importados, inclusive, como também salientam Ball & Johnson (1996), modificando e habituando as populações recetoras aos sabores dos alimentos americanos.

Portanto, pode-se afirmar que o projeto capitalista norte-americano teve consequências graves para a cultura e as tradições destes países, os quais, perdendo a autossuficiência alimentar, perderam uma parte do património cultural: a comida tradicional, já que os cultivos tradicionais foram substituídos por cultivos industriais, como o trigo, a soja e o milho.

3.2. Novos atores entram na cena global

De um ponto de vista geral, as décadas do PFR foram caracterizadas pela construção de uma economia mundial sem barreiras. O advento do neoliberalismo estava próximo e as políticas advogadas por Keynes estavam a ser abandonadas por cada vez mais países, que agora avançavam para a abertura aos mercados globais.

Com os mercados cada vez mais abertos, novos atores económicos entram em jogo, especialmente durante este período de rivalidade nas exportações de cereais para os PNOs.

De facto, durante os anos dourados das exportações americanas (1956-1965), muitos países não tinham as capacidades económicas que os Estados Unidos tinham para subsidiar a agricultura. Mas, a partir dos anos 60, o Canadá, a Austrália e a Argentina começaram a expandir a sua

produção de cereais e a gerar excedentes que, tal como os Estados Unidos, comercializavam nos mercados mundiais (Margulis, 2017).

Foi a partir desta altura que os subsídios americanos à agricultura, bem como as suas políticas de exportação e comercialização de excedentes, ou seja, a PL 480, foram considerados pela comunidade internacional, e mais concretamente para os países exportadores de trigo, como práticas desleais do ponto de vista da concorrência (*Ibid.*), constituindo oficialmente *dumping*. Com a adição dos excedentes franceses (e, em certos aspetos, também italianos) à cadeia de abastecimento mundial, também a Comunidade Económica Europeia (CEE), que até então tinha desempenhado um papel bastante passivo na construção da ordem alimentar internacional, começou a ocupar o seu lugar no comércio agroalimentar mundial (*Ibid.*). A razão do “atraso” reside nas políticas que a CEE tinha adotado até então.

A este propósito, a PAC (Política Agrícola Comum) tinha, por um lado, aumentado fortemente a produção, tornando a CEE autossuficiente em termos alimentares, e, por outro lado, tinha protegido fortemente o mercado agrícola europeu das importações (Contini, 2004), que ainda era fraco e pouco competitivo devido à Segunda Guerra Mundial.

3.3. O advento da Green Revolution

Como já referido, as décadas do PFR caracterizaram-se pela abertura gradual dos mercados nacionais à construção de um mercado internacional desregulamentado, ou seja, pela ascensão gradual do neoliberalismo.

A introdução de monoculturas promovidas pelos Estados Unidos nos PNOs, a agricultura industrializada e a produção em massa de produtos agroalimentares para exportação foram apoiadas, a partir dos anos 60, por um modelo produtivista de desenvolvimento agrícola baseado na utilização de novas técnicas de proteção das plantas contra insetos e pragas, bem como de fertilizantes provenientes da indústria petroquímica.

Este processo, identificado como *Green Revolution* (GR), contribuiu para a construção gradual do sistema alimentar neoliberal (Moore, 2010), através do aumento exponencial da produtividade das monoculturas plantadas nas “periferias imperialistas” (Bernstein, 2001).

Apesar de os efeitos devastadores para o ambiente já terem sido observados nos anos 60 (Albergoni & Pelaez, 2007), a utilização de fertilizantes e de pesticidas continuou a ser amplamente praticada, pelo menos até aos anos 80, antes das experimentações sobre a modificação genética das plantas.

Essa “revolução” tão nefasta, tanto para o ambiente e para a saúde humana como para a salvaguarda dos sistemas de produção autóctones (Altieri, 2009), foi apoiada institucionalmente pelas mais importantes instituições de crédito, incluindo o Banco Mundial e fundações sem fins lucrativos, como a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford (Albergoni & Pelaez, 2007).

As primeiras experiências de utilização de fertilizantes e pesticidas foram realizadas no México durante a década de 1940 (Patel, 2013), e foi apenas alguns anos mais tarde, no final da década de 1950, que estas experiências ganharam grande destaque mediático e despertaram o interesse dos PNOs em adotá-las e dos países industrializados em produzi-las, como uma medida válida para aumentar a produção e combater a fome no mundo (Sebby, 2010). Daqui o amplo apoio financeiro e institucional.

3.4. As verdades sobre a Green Revolution

No entanto, o que se observou nos anos seguintes revelou-se bastante decepcionante. Apesar do aumento exponencial da produção, as populações mais carenciadas economicamente continuavam a viver na fome e na miséria. De facto, como também afirmam Rosset et al. (2000), a fome nestes países não é causada pela falta de alimentos, mas pela incapacidade económica da população para adquiri-los, como efeito da proletarianização maciça que alguns países experimentaram durante anos de importação de cereais baratos.

Porém, nos PNOs a produção agrícola aumentou de forma exponencial graças à GR: a produção de cereais dobrou em trinta anos, o que se traduz num aumento de 7% da produção *per capita* de alimentos nesses países (Pretty, 1995, citado em Albergoni & Pelaez, 2007).

No entanto, sem a possibilidade de comprar os resultados desse aumento, essa revolução parece ter servido apenas para intensificar as monoculturas (FAO, 2015), aumentar a insegurança alimentar e manter o estado de pobreza nessas partes do mundo.

É importante notar a este respeito que, nos primeiros anos 60, e, portanto, durante os primeiros anos da GR, a maioria dos países era autossuficientes na produção alimentar (Kendall & Pimentel, 1994). Nos anos que se seguiram, essa mesma autossuficiência começou a diminuir, apesar de a produção ter aumentado fortemente e de, com exceção de alguns países de África, o crescimento da produção ter ultrapassado largamente o crescimento da população (*Ibid.*), o que se traduz no que Akram-Lodhi (2007) designa por *system of commodity-based production*, no qual a produção para venda é superior à produção para uso.

Por conseguinte, como também referem Rosset et al. (2000), a missão da GR de alimentar o mundo falhou porque não houve redistribuição e descentralização do poder económico, nomeadamente o acesso à terra e o poder de compra.

No debate que se iniciou no final dos anos 60, com a criação do Clube de Roma sobre o impacto do homem no ambiente, bem como com a criação de conceitos como o de desenvolvimento sustentável, nascido do relatório Brundtland, houve uma maior preocupação com a questão ambiental.

A GR veio de certo modo colmatar a discrepância entre os ambientalistas, que se opunham às iniciativas de desenvolvimento económico e se preocupavam em atenuar a poluição e a degradação ambiental associadas ao crescimento económico, e os defensores do desenvolvimento económico (Lee & Barrett, 2001), isto porque a ideia de uma GR que poderia oferecer uma maior produtividade sem a necessidade de aumentar a terra arável era vista como o compromisso certo entre a prossecução do objetivo de crescimento económico e uma certa “sustentabilidade ambiental”.

De facto, como também relatado por Patel (2013), era amplamente difundida a convicção de que a GR podia servir como um modelo de agricultura capaz de salvaguardar as florestas de novas progressões (espaciais) das monoculturas.

A este respeito, podem referir-se os dados extraídos por Lee & Berrett (2001) do relatório da *World Commission on Environment and Development* (WCED) de 1987, no qual se salientava que “o aumento dos rendimentos e da produtividade era uma das três estratégias essenciais para alcançar um sistema agrícola mundial sustentável e travar a desflorestação indiscriminada” (WCED, 1987, pp. 26-27).

O Banco Mundial, por seu lado, também se pronunciou sobre este assunto em 1992, afirmando que "se for possível cultivar mais alimentos na mesma área de terra, a pressão para cultivar novas terras será aliviada e assim poderão ser preservadas áreas naturais intactas" (The World Bank, 1992 citado em Lee & Berrett, 2001, p. 3).

Embora se tenha registado um extraordinário aumento da produtividade dos cultivos, esse mesmo aumento começou a apresentar limites logo na década de 1980 (Pingali, 2012).

O uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos levou a uma elevada salinização dos solos cultivados (Ching et al., 2011), tornando-os menos produtivos (FAO, 2004), apesar da crescente utilização destes produtos, usados para tentar contrariar o decréscimo por eles provocado.

De facto, o incremento da produção (marginal) que no período de 1961-1971 era aproximadamente de 50%, reduziu-se à metade (25%) no período 1971-1981, a cerca de 15% entre 1981-1991, chegando a 12% na década de 1991-2001 (Albergoni & Pelaez, 2007).

O uso crescente de produtos químicos tem tido causas devastadoras para a saúde humana e animal, para o surgimento de pragas mais resistentes, para a contaminação da água e, como afirmado agora, para a erosão e salinização do solo (Eliazer Nelson et al., 2019).

Também foram observadas repercussões negativas na organização social dos territórios rurais (Glaeser, 2010). Embora a GR tenha sido concebida para beneficiar a classe camponesa menos abastada, o que se observou depois da adoção dessas técnicas foi exatamente o contrário (Pinstrup-Andersen & Hazell, 1985), pois a maioria dos agricultores não tinha meios para comprar adubos, pesticidas ou maquinaria agrícola inovadora.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) também comenta esta situação, afirmando precisamente que o domínio do sector privado na biotecnologia agrícola nos países em desenvolvimento preocupa o estatuto económico e social dos agricultores mais pobres, uma vez que os produtos mais inovadores são muitas vezes demasiado caros ou nem sequer estão disponíveis (FAO, 2004).

A FAO salienta igualmente que os países que mais beneficiaram da difusão das tecnologias de produção mais recentes foram aqueles que já dispunham ou desenvolveram competências alargadas em matéria de investigação agrícola, investigação essa que foi realizada principalmente por empresas privadas sediadas nos países industrializados (FAO, 2015).

Os produtores que quiseram tentar inserir-se no modelo agrícola produtivista recorreram frequentemente a empréstimos para modernizar a produção e adquirir fatores de produção (Teixeira & Lages, 1996, p. 349). Os que foram excluídos deste processo acabaram por se afundar ainda mais na pobreza, acabando por perder as suas terras (*Ibid.*) e emigrar para as áreas urbanas (FAO, 2015).

Como relatado por Albergoni & Pelaez (2007), devido à limitação do crescimento observada durante as décadas da GR, e também devido aos altos custos de produção de produtos químicos (causados em parte pela crise petrolífera de 1973 e em parte pela crescente pressão institucional para uma maior regulamentação ambiental), as maiores empresas transnacionais do mundo, líderes na produção de fertilizantes e pesticidas, como a *Monsanto Corporation* (EUA), o *Max Planck Institute for Plant Breeding* (Alemanha Ocidental) e o *Genetic Plant System* (Bélgica), passaram a investir na pesquisa de sementes geneticamente modificadas, uma vez que se observou e estudou, durante a década de 1980, que era possível desenvolver plantas resistentes a fatores atmosféricos e pragas sem a necessidade do uso de agrotóxicos, ou, o desenvolvimento de plantas mais resistentes ao próprio uso de agrotóxicos (*Ibid.*).

3.5. O fim do Postwar Food Regime

Embora os anos 80 tenham sido cruciais para a desregulamentação dos mercados em muitos países da esfera atlântica, já durante a década de 70, com a abertura gradual dos mercados nacionais, muitos países começaram a competir diretamente com os Estados Unidos pela produção de excedentes agrícolas.

De acordo com Bernstein (2001, p. 36), as exportações de trigo dos EUA tiveram de enfrentar a concorrência da Comunidade Europeia, que até então tinha subsidiado fortemente a produção. Outros países começaram também a competir com os EUA, nomeadamente o Canadá e a Austrália, cuja produção de trigo cresceu graças a importantes subsídios.

Neste contexto é importante sublinhar a concorrência crescente com os países denominados por Friedmann “NACs” (*New Agricultural Countries*) (Bernstein, 2015), entre os quais se destacam a Argentina e Brasil na produção de óleo de soja (Friedmann, 1992).

Estas dinâmicas definem o declínio económico gradual dos EUA nas exportações agrícolas, que marca o fim do segundo regime alimentar.

Outro fator importante define o fim do PFR: o desanuviamento (*détente*) entre o bloco soviético e o bloco ocidental (Bernstein, 2015).

De acordo com Friedmann (1982), o relaxamento das relações entre os dois blocos levou a um aumento do comércio com os países socialistas, que viram seu consumo de carne aumentar exponencialmente, o que implicou uma maior procura de produção de cereais para as explorações. Esta prática provocou um aumento inicial dos preços dos cereais, devido à diminuição das disponibilidades.

Mas, foi a venda colossal de trigo pelos EUA à URSS entre 1972 e 1973 que provocou um défice sem precedentes na disponibilidade de trigo, levando a uma subida vertiginosa dos preços (Bernstein, 2015; Friedmann, 1982). Isto determinou a principal causa do colapso da hegemonia norte-americana, que levou, precisamente, ao fim do PFR.

4. Um novo regime alimentar

Como vimos, o segundo regime alimentar baseava-se principalmente na produção de excedentes agrícolas pelos Estados Unidos, que eram vendidos aos PNOs como meio de expandir a sua supremacia económica.

Neste processo, é importante sublinhar que, apesar da progressiva desregulamentação dos mercados, continua a ser o Estado a gerir tanto as exportações como as importações. Neste sentido, os PNOs tinham total autonomia para decidir as suas próprias políticas agrícolas.

A principal mudança que observamos durante o terceiro regime alimentar, o CFR, é a transição do “projeto de desenvolvimento”, no qual assentava o PFR, para o “projeto de globalização” (McMichael, 2004, citado em Friedmann, 2009).

Neste regime, já não são os mercados que servem os países, mas exatamente o contrário. Agora o Estado serve o mercado (McMichael, 2013), e, como a palavra “projeto” também sublinha, o Estado é um participante ativo neste processo de subjugação às não-regras do mercado. O poder do Estado não foi simplesmente suprimido pela globalização: o próprio Estado submeteu-se a ela (Pechlaner & Otero, 2013).

O CFR começou desde o desmantelamento dos órgãos do sistema de *Bretton Wood* e com a criação das maiores instituições financeiras do mundo, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Os ajustamentos estruturais disponibilizados por estas duas instituições durante a década de 1980 tinham como objetivo estimular o crescimento económico dos PNOs, bem como a industrialização, e facilitar o pagamento da dívida externa. Tudo isto através da desregulamentação dos mercados locais (Pereira, 2013), incluindo a agricultura.

A ótica da nova política alimentar económica reside na imagem de um Norte Global que, para ajudar os países do Sul Global a pagar a sua dívida externa, compra os alimentos baratos que eles próprios foram levados a produzir (Patel, 2007, citado em McMichael, 2013), como vimos no capítulo anterior.

O objetivo dos países do Sul Global de definirem o seu próprio caminho para a segurança alimentar é assim desviado, uma vez que a forma de alcançar a segurança alimentar, que neste regime alimentar é definida como “global”, é a simples abertura dos mercados sem interferências (McMichael, 2012). Assim, estes países sofrem, mais uma vez, uma transformação do seu aparelho produtivo, os quais durante o CFR produzem alimentos industrializados, como o óleo de palma e produtos derivados da soja.

Através de investimentos estrangeiros maciços, liderados por empresas transnacionais (ETNs), foram construídos sistemas de embalagem, refrigeração e transporte, como foi o caso do abate e processamento de carne e produtos de aquacultura, sector que se expandiu nos países em via de desenvolvimento durante este período.

Neste sentido, os investimentos americanos em empresas estrangeiras de transformação de produtos alimentares passaram de 9000 milhões de dólares em 1980 para 36000 milhões de dólares em 2000 (Blouin et al, 2009, citado em Friel & Lichacz, 2013).

Os programas de ajustamento estrutural foram promulgados com a intenção de aniquilar o papel soberano do Estado e fazer com que o mercado se apropriasse dos aspetos sociais e culturais da vida nos países do Sul Global (Akram-Lodhi, 2007).

4.1. O promissor mercado livre revelou-se enganador

Um dos aspetos fundamentais deste regime alimentar é precisamente a apropriação de aspetos culturais da vida dos povos sob o imperativo da vantagem comparativa, e, questão torna-se particularmente problemática se tomarmos a alimentação como um desses aspetos culturais.

A comida é uma *commodity*, mas não é uma *commodity* como outra qualquer, é um elemento fundamental da vida de todos, é a fonte de subsistência, é indispensável, é vital, e por isso não pode ser sujeita às simples regras do mercado, à volatilidade dos preços (Pechlaner & Otero, 2013). A comida deve ser tratada pelo que é, ou seja, um direito humano (Rosin et al., 2012).

No centro da sujeição dos géneros alimentícios às regras do mercado está o AoA, celebrado no final do *Uruguay Round*, que decorreu de 1986 a 1995 e que viu nascer a OMC, que se formou a partir do antigo *GATT*.

O AoA é um acordo entre os países da OMC que tem por objetivo liberalizar o comércio agrícola mundial entre os seus membros. Representa um momento muito importante na era do neoliberalismo, porque, até então, a agricultura sempre foi uma matéria de domínio nacional, e, nesse sentido, os países com sociedades capitalistas mais avançadas (Estados Unidos, alguns países da Comunidade Europeia e Japão) eram também os que mais protegiam os seus mercados (Pechlaner & Otero, 2013).

Com a assinatura do acordo, os diferentes países deixaram de poder intervir, efetivamente, na regulação do próprio mercado agrícola. Os PNOs foram impelidos a assinar o acordo basicamente para terem acesso aos mercados protegidos dos países do Norte, na esperança de

poderem aumentar as suas exportações e, assim, (“re”)pagar a sua dívida externa (McMichael, 2005).

Apesar de o acordo se destinar a liberalizar os mercados tanto do Norte Global como do Sul Global, o resultado foi que os países do Norte continuaram a subsidiar fortemente a produção agrícola, bem como as exportações, e a não eliminar os direitos aduaneiros sobre as importações. Assim, as importações para os países em desenvolvimento cresceram, mas os mesmos países não viram as suas exportações fazerem o mesmo (Pechlaner e Otero, 2010, citado em Lawrence, 2017).

Pelo contrário, isso só fez aumentar a insegurança alimentar, uma vez que, com o acordo, os Estados deixaram de ter o direito de impor a autossuficiência alimentar como estratégia nacional, tendo de aceitar a regra de importação mínima de pelo menos 5% do volume do consumo interno (McMichael, 2005).

Citando os dados extraídos pelo mesmo McMichael (*Ibid.*), do FAOSTAT (2004) sabemos que as exportações de produtos agroalimentares dos PNOs baixaram durante as décadas de 1970 a 2000, com uma diminuição de 10% a 3% em África e de 14% a 12% na América Latina e Caraíbas, em nítido contraste com o aumento de 64% a 71% dos países do Norte.

4.2. A questão dos preços e a reprodução do capitalismo

Através do AoA, pela primeira vez os países membros da OMC foram confrontados com preços dos géneros alimentícios harmonizados a nível mundial e, neste sentido, artificialmente baixos (McMichael, 2013).

Esta situação teve consequências desastrosas para os pequenos agricultores que, como fonte de sustento, vendiam os seus produtos nos mercados locais, os quais, no CFR, estavam a ser gradualmente engolidos pelos supermercados (Lawrence, 2017). Assim, os semiproletários¹ ficaram ainda mais pobres, pois não conseguiam competir economicamente com os preços dos alimentos baratos importados ou, de qualquer forma, com as empresas capitalistas locais, entrando num processo de pauperização (Akram-Lodhi, 2007).

¹ Aquela classe de trabalhadores que, durante o CFR, não consegue viver apenas da venda dos produtos da sua própria terra. Precisavam de recorrer a trabalhos assalariados adicionais, muitas vezes mal pago e sazonal (Araghi, 1995, p. 348).

Outro fator importante a salientar como causa da liberalização do comércio agrícola e, mais especificamente, da adoção do AoA, é a dissociação entre o preço de venda dos alimentos e os custos reais de produção (McMichael, 2005).

O preço dos alimentos é crucial não só para questões éticas (como um direito humano básico), mas também para questões sociais, porque, o preço dos alimentos determina o preço dos salários (Moore, 2010).

Ao manter o preço dos alimentos baixo, os salários também podem ser mantidos baixos, e assim a riqueza pode ser redistribuída dos salários para as mãos de poucos: das empresas transnacionais (ETNs), como a Cargill, dos gigantes dos supermercados (Tesco, Wal-Mart, Ahold e Carrefour) e das agroindústrias envolvidas na produção de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e pesticidas.

É aqui que emerge o papel do CFR como reprodutor do sistema capitalista global. Neste sentido, como Moore (*Ibid.*) também sugere, os alimentos baratos sempre foram indispensáveis para a acumulação de riqueza, sempre que o sistema capitalista entra em crise.

Atualmente, os maiores reguladores do comércio internacional de produtos agroalimentares passaram a ser os supermercados, que, como sugere Akram-Lohdi (2007), têm tanta influência que podem decidir o que deve ser produzido, como e por quem, procurando fornecedores que possam adicionalmente baixar o valor do trabalho, de modo a manter os preços baixos e a perpetuar, como agora afirmado, o sistema capitalista.

O que se designa por *supermarketization* é um dos aspetos mais emblemáticos que caracterizam o CFR.

Neste sentido, os supermercados expandiram de tal forma a sua influência que entraram praticamente na vida de qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, ameaçando não só os meios de subsistência dos agricultores locais (Lawrence, 2017), mas conseguindo mesmo alterar profundamente os nossos hábitos alimentares e dietas.

A liberalização do comércio, neste sentido, levando a uma grande circulação de alimentos pelo globo, também favoreceu, a disseminação de alimentos altamente calóricos e pouco saudáveis (Friel & Lichacz, 2013).

4.3. Land grabbing e produção de biocombustíveis

Embora os supermercados tenham desempenhado um papel central na determinação dos preços dos alimentos, outros fatores estão ligados ao aumento acentuado que os preços têm registado desde 2003, atingindo o seu pico inflacionário durante a crise de 2008 (Moore, 2010).

A constante pressão internacional para encontrar novas alternativas à produção de combustíveis abriu a porta a um novo mercado que, se no papel se apresenta como “de baixo impacto ambiental” ou “sustentável”, na realidade é muito pouco.

A produção de biocombustíveis por algumas empresas agroalimentares² está a provocar uma redução da produção e da oferta de produtos agrícolas para a alimentação, bem como um aumento dos preços (Friel & Lichacz, 2013).

Um fenómeno particular relacionado com esta dinâmica é o *land grabbing*, ou seja, a aquisição (muitas vezes ilegal) de terras por empresas privadas em países estrangeiros, frequentemente, em países onde a agricultura industrial está menos presente. A aquisição de terras tem como objetivo a produção de bens agroalimentares para exportação ou, de facto, para a produção de biocombustíveis (Clapp, 2012).

Este fenómeno é generalizado no continente africano, onde os preços baratos da terra atraem investimentos estrangeiros, enquanto os camponeses e os agricultores são deslocados das suas terras ancestrais (Lawrence, 2017).

O fenómeno tornou-se particularmente preocupante desde que EUA, União Europeia e Canadá adotaram medidas políticas destinadas ao incremento da produção de combustíveis renováveis (Clapp, 2012).

Finalmente, embora alguns fatores naturais possam contribuir para a diminuição da produção e o aumento dos preços, o aumento da população mundial, bem como o aumento do rendimento per capita nos PNOs³ são também fatores reguladores deste contexto específico (Pechlaner & Otero, 2013).

² Como sugere Akram-Lohdani (2007), estas sociedades, ao passarem da produção de alimentos para a produção de biocombustíveis, estão a transformar-se em empresas energéticas.

³ Sabemos que o rendimento per capita nos PNOs triplicou de 1970 a 2005 (Rosen e Shapouri (2008, p. 12).

5. Os desafios do presente

5.1. Ambiente e sistemas alimentares

O sistema alimentar global, como observámos até agora, provou ser um fator importante nos acontecimentos que se desenrolaram desde a Segunda Guerra Mundial até aos dias de hoje.

Do ponto de vista económico, observámos como a comida, primeiro os cereais e depois os alimentos refinados industrialmente, estiveram no centro da criação de novos laços comerciais. Observámos também a interação entre o neoliberalismo e o comércio alimentar, em que este último se revelou essencial para a propagação e fortificação do primeiro.

Observámos também como o comércio alimentar tem sido central para a imposição de certos países no cenário geopolítico global, como os EUA no continente africano.

Analisámos as graves consequências que o sistema alimentar teve - e tem - no ambiente desde a GR, devido ao uso excessivo de fertilizantes, pesticidas e herbicidas, que contribuíram para a perda de biodiversidade. Aqui, é importante aprofundar e enfatizar a relação que a agricultura e o sistema alimentar têm com o ambiente.

Especificamente, será abordada a relação entre a agricultura e as alterações climáticas, onde uma interage – de forma negativa – com a outra.

De facto, sabemos que a agricultura promovida pelo CFR (monoculturas, agricultura intensiva, utilização de químicos) é responsável por 24% das emissões globais, que contribuem significativamente para o aquecimento global e, conseqüentemente, para as alterações climáticas, como referem Smith et al. (2014).

Note-se que esta percentagem, já de si preocupante, se refere apenas ao impacto da agricultura. Se considerarmos o impacto de todo o sistema alimentar, esse 24% sobe para 37%, como confirma um estudo de 2020 da SAPEA (*Science Advice for Policy by European Academies*). Por isso, a mudança do atual sistema alimentar deve ser considerada crucial no desenvolvimento de medidas de mitigação das alterações climáticas (Niles et al., 2018), como a redução dos gases com efeito de estufa.

O que temos constatado como um dos efeitos das mudanças climáticas é justamente a redução da produção de alimentos, que é prejudicada devido a eventos climáticos extremos, como fortes ondas de calor, inundações e secas (Von Braun, 2018; Owino et al., 2022; Galanakis, 2023).

Por conseguinte, a redução da produção agrícola devido a fenómenos climáticos extremos preocupa o comércio mundial e levanta, portanto, questões sobre a forma como os países cuja segurança alimentar depende das importações podem satisfazer as suas necessidades.

Há um outro acontecimento desastroso que estamos a enfrentar, a um ritmo cada vez mais acelerado, que é a perda de biodiversidade.

De facto, se é verdade que as alterações climáticas têm efeitos devastadores na agricultura, também têm efeitos devastadores na natureza endémica de cada região climática (Owino et al., 2022).

Esta é apenas uma das ameaças à biodiversidade, outra é a agricultura mecanizada e intensiva. A concentração da agricultura num pequeno número de espécies fez com que se perdessem muitas espécies indígenas e tradicionais (Akinola et al., 2020). Basta dizer que, enquanto no passado a dieta alimentar humana, a nível global, se baseava em mais de 6.000 espécies, atualmente apenas nove espécies representam 66% do total das culturas (FAO, 2019, citado em Owino et. al., 2022). E, se considerarmos as quatro culturas mais populares, nomeadamente, o trigo, o milho, o arroz e a soja, não nos devemos surpreender se estas forem responsáveis por pelo menos dois terços da absorção calórica humana (Zhao et al., 2017, citado em Clapp, 2023).

5.2. Concentração da produção e geopolítica do sistema alimentar

A especialização de um número limitado de países num número limitado de culturas não só aumentou a dependência dos países importadores, como também gerou preocupações quanto à sua segurança alimentar. Mais concretamente, acontecimentos particulares, como os fenómenos climáticos nos países produtores, põem em causa todo o sistema (Clapp, 2023), que está agora hiperconectado e as várias economias são interdependentes.

Os países produtores, recorrendo a métodos agrícolas especializados, a vastas monoculturas e a técnicas mecanizadas, conseguem produzir grandes quantidades de cereais e vendê-las a baixo preço (*Ibid.*), razão pela qual os outros países (sobretudo os PNOs) são obrigados a recorrer às importações, devido aos preços competitivos.

Basta dizer que, em 2021-2022, apenas a União Europeia (UE), juntamente com outros sete países, foi responsável por 90% das exportações mundiais de trigo, e apenas quatro países por 80% das exportações mundiais de arroz (USDA, 2022 citado em Clapp, 2023).

Alguns dos eventos particulares que preocupam a segurança alimentar, para além dos eventos climáticos extremos, incluem eventos geopolíticos e políticos, como conflitos armados e restrições à exportação.

Temos o exemplo notório da situação difícil em que muitos países, especialmente na região do Médio Oriente e Norte da África (MENA), se encontraram devido ao confronto armado entre a Rússia e a Ucrânia, ambos grandes produtores de alimentos básicos.

De facto, apesar de a Ucrânia e a Rússia representarem cerca de 2% do produto interno bruto (PIB) mundial, ambos os países estão entre os maiores produtores mundiais de alguns alimentos, incluindo trigo, sementes e óleo de girassol, milho (Ben Hassen & El Bilali, 2022), colza e óleo de colza, e cevada (FAO, 2022).

Décadas de liberalização do mercado e de especialização agrícola transformaram os dois países no celeiro do mundo, do qual alguns países dependem fortemente para satisfazer as suas necessidades alimentares, como o Líbano, que importa 81% das suas necessidades de trigo da Ucrânia, o Egipto (85%) e a Tunísia (50%) (Behnassi & El Haiba 2022).

Em 2020, a Rússia e a Ucrânia representavam, em conjunto, 72% do comércio mundial de óleo de girassol e 34% do comércio mundial de trigo (Ben Hassen & El Bilali, 2022). A Ucrânia, por si só, é responsável por 15% das exportações mundiais de milho, o que a torna o quarto maior exportador. Ambos os países são responsáveis por cerca de 12% do comércio mundial de calorias (*Ibid.*).

O confronto armado na Ucrânia põe em causa a segurança alimentar e o abastecimento dos países recetores de várias formas. Em primeiro lugar, a produção está indubitavelmente a ser prejudicada pelos efeitos primários da guerra, ou seja, os bombardeamentos contínuos, que já provocaram a destruição e a deterioração das culturas (Clapp, 2023). Neste caso, para além da emergência humanitária provocada pela guerra, convém salientar o impacto que esta tem no ambiente, onde os movimentos das tropas, os confrontos e as explosões danificam tanto a morfologia do solo, degradando-o, como dispersam no ar radiações e gases nocivos, que só aumentam o efeito de estufa (Galanakis, 2023).

Além disso, a destruição de portos, caminhos de ferro e infraestruturas que a Ucrânia utilizava para a exportação de cereais só veio dificultar o comércio, reduzindo significativamente a disponibilidade mundial e fazendo disparar os preços.

As sanções impostas à Rússia também afetam o comércio mundial de cereais, o que levou a que a Rússia só estabelecesse relações comerciais com “países amigos” em resposta às sanções ocidentais (Ben Hassen & El Bilali, 2022), agravando ainda mais o aumento dos preços e a insegurança alimentar.

O papel que a Rússia e a Bielorrússia desempenham na produção e no comércio mundial de fertilizantes também deve ser sublinhado.

De facto, tomando como exemplo a Rússia, esta aparece como o maior exportador mundial de fertilizantes (Alexander et al., 2023).

Desde 2018, a Bielorrússia é responsável por 17% do potássio (K) produzido a nível mundial (Al Rawashdeh, 2020), que é amplamente utilizado na produção de fertilizantes, juntamente com o azoto (N). Assim, os dois países, Rússia e Bielorrússia, são responsáveis por um terço do potássio produzido e comercializado a nível mundial, e desempenham um papel preponderante na determinação do preço deste último (Ben Hassen & El Bilali, 2022).

Neste sentido, as sanções aplicadas aos dois países só vieram agravar o aumento dos preços dos cereais, cujas culturas são altamente dependentes dos fertilizantes. Mais uma vez, são os PNOs que mais sofrem, como refere a FAO (2022), muitos dos quais já se debatiam com os efeitos negativos do aumento dos preços dos alimentos e dos fertilizantes mesmo antes do início da guerra.

É igualmente importante sublinhar que os preços elevados não são apenas incomportáveis para os países de baixos rendimentos, como sublinhado pela FAO. Pelo contrário, mesmo no cenário político internacional, enfrentam-se grandes dificuldades económicas para garantir a distribuição de alimentos, como é o caso do *World Food Programme* (WFP), que comprava 50% do seu trigo à Ucrânia e teve de reduzir os fornecimentos (Behnassi & El Haiba, 2022), precisamente devido aos elevados custos, deixando milhões de pessoas na incerteza quanto ao seu abastecimento alimentar.

Durante a crise alimentar que eclodiu em 2008, verificou-se que a imposição de restrições à exportação agravou ainda mais a situação de crise, fazendo subir ainda mais os preços.

Foi também o que aconteceu em 2022, quando a falta de disponibilidade de certos cereais causada pela guerra fez subir os preços mundiais. Países como a Índia e a Sérvia impuseram restrições às exportações de trigo e de milho, numa tentativa de atenuar o risco de perturbações nos mercados internacionais e locais (Ben Hassen & El Bilali, 2022). No caso da Índia, as restrições foram fortemente condenadas pelo G7, que declarou que novos aumentos de preços agravariam ainda mais a crise (India bans wheat exports, cites food security and soaring prices, 2022).

As declarações do G7 fazem eco das que foram proferidas durante a crise alimentar de 2008, quando os violentos motins alimentares em África e na Ásia foram atribuídos às restrições à exportação (Ben Hassen & El Bilali, 2022).

Embora seja apropriado afirmar que as restrições à importação aumentam, de facto, o risco de perturbações no comércio mundial numa situação de crise como a que vivemos, também é

importante salientar que só são prejudiciais numa economia global hiperconectada e interdependente como a que temos hoje (Brunori & Guarino, 2013).

Os motins alimentares em África e na Ásia surgiram devido à interdependência do mercado global, devido a um mercado em que cada país “não tem de produzir os alimentos para satisfazer as suas próprias necessidades alimentares, mas tem de produzir o que é mais capaz de gerar e comercializar” (Lynas, 2001, citado em McMichael, 2005, p. 290).

5.3. O sistema alimentar durante a Covid-19

A crise alimentar gerada pelo confronto armado na Ucrânia surgiu numa altura já difícil para o comércio mundial de alimentos, onde os preços já eram elevados devido às restrições impostas para tentar travar a propagação da Covid-19.

Quando o vírus começou a espalhar-se, apanhando-nos desprevenidos, pelo menos durante o primeiro ano (2020), as fragilidades de um sistema alimentar tão interdependente tornaram-se evidentes. De facto, como também sugere a FAO (2020), as restrições à importação de alimentos para tentar conter o vírus, bem como as restrições impostas à mobilidade das pessoas, tiveram impactos importantes, tanto na produção como no abastecimento alimentar.

Aqui, como também na crise de 2008, as restrições ao comércio livre fizeram disparar os preços, evidenciando um sistema alimentar que se afastou da produção agrícola para consumo interno nas últimas décadas (Van der Ploeg, 2020), e que está, precisamente, focado nas exportações. De acordo com um estudo da FAO (2020), as restrições impostas durante a pandemia afetaram mais as cidades com mais de 500000 habitantes, porque aqui a cadeia de abastecimento alimentar é muito mais longa e com mais intermediários do que nas aldeias e pequenas cidades (5000-25000 habitantes).

A pandemia de Covid-19 é frequentemente descrita como um potencial ponto de viragem para mudarmos os nossos hábitos de consumo e, sobretudo, para tentarmos mudar o sistema em que vivemos, que é insustentável.

No que diz respeito ao sistema alimentar, são muitas as propostas apresentadas pelos académicos e todas elas têm como premissa a criação e o reforço de cadeias curtas e localizadas de produção e consumo.

Van der Ploeg (2020) refere-se à Soberania Alimentar, à agroecologia e aos mercados de agricultores. Bello (2020) também sugere o paradigma da Soberania Alimentar como uma alternativa viável ao sistema alimentar neoliberal, juntamente com outros movimentos como o

decréscimo, a desglobalização e o marxismo emancipatório. Campbell (2021) refere-se à pandemia como uma oportunidade real para desenvolver a produção local de alimentos e encurtar as cadeias de abastecimento alimentar, alternativas vistas como muito mais resilientes.

5.4. Relocalização dos sistemas alimentares

Especificamente, a relocalização do sistema alimentar e, portanto, a relocalização tanto da produção como do consumo, parece ser o contramovimento capaz de restabelecer a ligação entre produtor e consumidor, entre consumidor e produto e, portanto, entre o homem e a natureza, uma ligação perdida após décadas de mercado livre e de mercantilização⁴ desenfreada da natureza, da cultura e, portanto, da comida.

Através da noção marxista de fratura metabólica⁵ (*metabolic rift*), explica-se a distância que se criou entre produtor e consumidor, bem como a distância entre a produção agrícola e os seus processos naturais (Wittman, 2009, citado em Robbins, 2013).

A separação entre agricultura e natureza compõe e reforça a fratura metabólica, na qual, a sociedade é desconectada da natureza através da mercantilização e exploração, necessárias para a acumulação capitalista (Robbins, 2013).

Na medida em que o atual modelo agrícola industrial contribui para a distância geográfica, a localização é frequentemente citada como o paradigma para se opor a ele, pois, ao favorecer a expansão das vendas diretas e a reintegração do alimento no seu aspeto social, encurta as distâncias da cadeia de abastecimento (Robbins, 2015).

A orientação para a relocalização da produção e do consumo pode ser definida como uma das primeiras tendências, no início dos anos 70, para um tipo de agricultura alternativa e sustentável (Feagan, 2007). Pode dizer-se definitivamente que é uma das primeiras manifestações de resistência ao CFR, orientada para a descentralização, a democratização, a autossuficiência e a subsidiariedade (*Ibid.*).

⁴ A mercantilização da natureza é uma das principais características da produção capitalista e industrial, mas não é novidade na era neoliberal. Por mercantilização (da comida) entende-se a desconexão do alimento de seu aspeto cultural, social, ecológico e geográfico, para ser transformado em uma mercadoria intercambiável, através de um processo de padronização (Robbins, 2015), indispensável à expansão da globalização capitalista.

⁵ Definida como “[...] a perturbação dos ciclos e processos naturais e as ruturas nas relações materiais homem-natureza sob o capitalismo. [...] no contexto de uma mobilização camponesa internacional [...] refere-se a uma dupla separação: da agricultura dos seus fundamentos biológicos e do homem da natureza” (Schneider & McMichael, 2010, p. 461).

O interesse em construir sistemas alimentares locais sempre teve como base o princípio da venda direta, da reciprocidade e, portanto, da relação produtor-consumidor. Neste sentido, o sistema alimentar local procura reincorporar (*re-embedding*) o lado social humano no mercado (Hinrichs, 2000) que, devido à globalização, se tornou mais uma entidade separada do que um lugar de interação inter-humana (Robbins, 2013).

Assim, o sistema alimentar local tem como objetivo dar maior visibilidade e poder às comunidades, fomentando a coesão e defendendo a identidade social e cultural de uma determinada região (Feagan, 2007). Por maior poder entende-se, em primeiro lugar, o poder de decisão, que procura não o tornar dependente de terceiros, como os retalhistas.

Portanto, sendo a realocização um processo que favorece o local, é descrita como o antídoto para a globalização, que, pelo contrário, favorece a interação crescente das economias nacionais nos mercados globais (Hinrichs, 2003).

5.5. A realocização dentro da Soberania Alimentar

Hoje, a questão da realocização faz parte de um projeto muito mais vasto, que engloba questões políticas e sociais, como a igualdade de género na agricultura, os direitos dos agricultores e, acima de tudo, como já foi dito, a realocização do poder de decisão na comunidade, o que mostra claramente uma abordagem *bottom-up*.

Este projeto de grande envergadura foi lançado por um movimento agrário internacional, *La Vía Campesina*, que, em 2007, se reuniu em Nyéléni, no Mali, congregando mais de quinhentos apoiantes de oitenta países para defender um novo paradigma, a Soberania Alimentar (Alonso-Fradejas, 2018), definida como “o direito das nações e dos povos a controlar os seus próprios sistemas alimentares” (Wittman et al., 2010, p. 87).

O terceiro dos seis pilares em que se baseia a Soberania Alimentar defende precisamente os sistemas alimentares locais, e tem como objetivo encurtar a distância entre produtor e consumidor e realocar a tomada de decisões (Burnett & Murphy, 2014).

Os movimentos de soberania alimentar nascem todos da luta antiliberal e têm como base a rejeição da OMC como organismo internacional que regula o comércio agrícola (Dekeyser et al., 2018).

Ao invés disso, os adeptos da Soberania Alimentar pretendem que o comércio agrícola seja regulado pela ONU (Burnett & Murphy, 2014), mais concretamente, pela FAO (Borras Jr, 2008), entidade muito mais adequada para lidar com a questão alimentar na sua vertente cultural

e identitária, e não apenas na sua vertente económica. Neste sentido, os defensores da Soberania Alimentar apelam a um maior controlo governamental sobre o apoio ao sector agrícola, e não à sua liberalização (Burnett & Murphy, 2014).

Sendo uma das poucas plataformas políticas que verdadeiramente desafia e se opõe ao capitalismo neoliberal, a Soberania Alimentar, enquanto paradigma fundado no Sul Global, também se espalhou para o Norte Global, onde estudantes, agricultores e opositores do atual sistema alimentar se juntaram ao movimento (Alonso-Fradejas et al., 2018).

A palavra “verdadeiramente” acaba de ser mencionada porque, infelizmente, muitas vezes acontece que iniciativas que à partida surgiam como genuínas e com o objetivo de se oporem ao sistema capitalista acabaram por ser englobadas pelo próprio sistema, como é o caso, por exemplo, da produção biológica em pequena escala.

Robbins (2015, p. 456) também se manifesta a este respeito, afirmando que "à medida que os alimentos orgânicos se tornam cada vez mais desejáveis, particularmente para os consumidores da classe alta no Norte Global, partes do sector orgânico, inicialmente baseadas na ideia de agricultura de pequena escala, local e ecológica, assemelham-se agora ao sector comercial convencional, incluindo redes de distribuição estabelecidas, produção de monoculturas em grande escala, estandardização e uma forte dependência de combustíveis fósseis".

Seguindo esta orientação, é preciso ser capaz de avaliar se um sistema alimentar local foi concebido para contrariar o CFR ou se, de facto, faz parte dele. Por esta razão, apenas a relocalização baseada na Soberania Alimentar é verdadeiramente capaz de desafiar o sistema alimentar neoliberal.

Também é importante enfatizar que, para ser eficaz, a Soberania Alimentar não deve ser dividida em subgrupos, cada um destinado a atingir determinados objetivos.

Pelo contrário, deve ser implementada na sua totalidade e ser adaptada aos ritmos políticos, sociais e culturais das populações locais (Alonso-Fradejas et al., 2018).

No entanto, se quisermos responder à questão se algumas das iniciativas alimentares locais que não abrangem o amplo espectro político e social da Soberania Alimentar devem, no entanto, ser consideradas partes da mesma, responderíamos que qualquer iniciativa de relocalização, seja de produção ou de consumo, que siga os princípios da Soberania Alimentar já está a contribuir para a sua construção (Robbins, 2013).

Assim, mesmo que um sistema alimentar local não represente a Soberania Alimentar em si, é significativo que já esteja a contribuir para a formação dos seus fundamentos.

5.6. Trajetos de sustentabilidade dentro da União Europeia

Um dos problemas subjacente ao sistema alimentar local é a própria definição de “local” (Feagan, 2007).

Quantos quilómetros pode um produto alimentar percorrer para que continue a ser considerado “local”?

De acordo com as “orientações da UE para os auxílios estatais no sector agrícola e florestal e nas zonas rurais para o período 2014-2020”, um mercado local é definido tal “[quando está] localizad[o] num raio de 75 quilómetros da exploração agrícola de origem do produto, dentro do qual a transformação e a venda ao consumidor final devem ter lugar” (Comissão Europeia, 2014, citado em Rodrigo, 2022).

Quanto à “cadeia de abastecimento curta”, é definida como “uma cadeia de abastecimento que envolve um número limitado de operadores económicos empenhados na cooperação, no desenvolvimento económico local e em relações geográficas e sociais estreitas entre produtores, transformadores e consumidores” (Comissão Europeia, 2013, pp. 347-449, citado em Rodrigo, 2022).

Assim, as definições referem-se a uma particularidade incorporada na definição de “local”, nomeadamente, que deve haver o menor número possível de intermediários, ou mesmo nenhum no caso de vendas diretas produtor-consumidor.

Neste sentido, a desintermediação é um princípio estreitamente partilhado pelo paradigma da relocalização, bem como pela Soberania Alimentar mais ampla, e partilha, mais uma vez com as cadeias curtas de abastecimento da UE, as ligações sociais e geográficas entre produtores, transformadores e consumidores.

Mantendo o foco na UE, deve notar-se que as diretivas da Comissão Europeia sobre cadeias alimentares curtas fazem parte de um projeto mais vasto em que a UE está a trabalhar, nomeadamente, o chamado Green Deal Europeu (GDE)

O GDE, que consiste numa série de iniciativas políticas, tem como objetivo tornar a UE o primeiro continente do mundo com impacto neutro no clima até 2050 (Wesseler, 2022) e, para o conseguir, foi implementada toda uma série de reformas específicas para tornar o sistema económico europeu sustentável.

De acordo com um estudo da Agência Europeia do Ambiente (*European Environmental Agency*) de 2021, a agricultura da UE é responsável por 11% do total das emissões de gases com efeito de estufa, praticamente à frente das emissões da indústria, que são responsáveis por 9% (citado em Boix-Fayos & de Vente, 2023).

Por conseguinte, no centro do GDE está a estratégia *Farm to Fork*, dedicada exclusivamente ao sistema alimentar europeu e que visa torná-lo ecologicamente sustentável (Bazzan et al., 2023). Especificamente, a estratégia visa chegar a 2030 com pelo menos 25% da produção agrícola total biológica, reduzir a utilização de pesticidas em 50% e a utilização de fertilizantes em 20% (Boix-Fayos & de Vente, 2023), bem como reduzir as perdas de nutrientes em 50%, travar a degradação da fertilidade do solo e restaurar pelo menos 10% da área agrícola em paisagens de elevada diversidade (Bazzan et al., 2023).

A UE pretende atingir estes objetivos principalmente através da reforma das políticas existentes, que incluem sobretudo a PAC.

A “PAC pós-2020”, tal como foi apresentada pela Comissão Europeia em maio de 2018, deu grandes passos no sentido de alcançar uma maior sustentabilidade ambiental, deixando para trás o enfoque na maximização da produção e na concessão de pagamentos de apoio aos agricultores (muitas vezes de média e grande escala), como era a PAC 2014-2020 (Feindt, 2010).

Para além disso, a nova PAC oferece aos Estados-Membros uma maior flexibilidade na implementação das políticas da PAC, com base nas necessidades específicas de cada país membro, juntamente com um plano estratégico nacional (Pe'er et al., 2020).

Por conseguinte, também a PAC, “funcionando como um incentivo [...] para que os agricultores europeus contribuam de forma mais decisiva para o combate às alterações climáticas, a proteção do ambiente e a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes” (Comissão Europeia, 2020, citado em Boix-Fayos & de Vente, 2023), juntamente com o *Farm to Fork* convergem para os objetivos do GDE.

6. Metodologia utilizada

6.1. Justificações para a escolha da metodologia

A seção seguinte explicará a metodologia utilizada para a recolha de informações durante o trabalho de campo, parte essencial de toda a investigação.

Serão apresentados o método e as várias técnicas utilizadas. Serão também apresentadas as percepções e dificuldades encontradas durante a realização do trabalho de campo. Em suma, o objetivo desta seção é explicar como decorreu, passo a passo, todo o processo de recolha de informação primária que integra a seção empírica da investigação e da presente dissertação.

Uma vez que era do meu interesse e do interesse da finalização de toda a investigação realizar um tipo de pesquisa qualitativa, realizei um estudo de caso, dada a ênfase que este método coloca na importância de uma análise simultaneamente aprofundada e alargada.

O estudo de caso é definido por Simons (2009, p. 21) como “uma análise aprofundada, a partir de múltiplas perspetivas, da complexidade e singularidade de um determinado projeto, política, instituição, programa ou sistema num contexto real” (citado em Thomas, 2011, p. 512). Como também se destaca na sua própria definição, o estudo de caso efetua uma análise a partir de uma perspetiva múltipla, o que também delinea a minha intenção inicial quanto à interpretação do estudo de caso selecionado, a de trazer uma abordagem holística às dinâmicas estudadas.

A preferência que o estudo de caso dá a uma abordagem holística é também confirmada por Gummesson (1988, p.76), quando afirma que “as observações pormenorizadas que o método de estudo de caso implica permitem-nos estudar muitos aspetos diferentes, examiná-los em relação uns aos outros, ver o processo no seu ambiente total e também utilizar a capacidade de "interpretação" (*verstehen*) dos investigadores” (citado em Meyer, 2001, p. 330).

Como objeto empírico escolhi uma situação socioeconómica, relativamente recente, que me despertava um certo interesse há vários anos. O objeto em questão é a cultura, a transformação e a venda de variedades de trigo autóctones da Sicília.

Como agora referido, não quis concentrar-me apenas na vertente económica desta dinâmica específica, mas procurei ter uma abordagem holística: A minha intenção, na qual se baseou o meu estudo, era compreender se esta dinâmica tem potencial para se tornar a base (ou uma das bases) sobre a qual se pode construir um projeto de autossuficiência alimentar na Sicília e se pode, em última análise, representar uma tentativa de estabelecer a Soberania Alimentar, um projeto que, como explicado na revisão da literatura, é mais amplo, mais complexo e, em alguns

aspectos, completo do ponto de vista económico, social, ético e ambiental. Trata-se de uma forma holística de encarar a questão da autossuficiência alimentar.

Voltando à motivação para a escolha da realização de um estudo de caso, essa escolha também se justifica principalmente por duas razões, a primeira é que através do estudo de caso podemos “testar a veracidade da teoria”, que no meu estudo se centrará principalmente nos efeitos negativos que a GR, o neoliberalismo e a globalização tiveram na agricultura local, no comércio local, na cultura e no ambiente. A segunda razão é que o estudo de caso também é útil na “construção da teoria”, que no caso que estou a analisar diz respeito à possibilidade de construir um projeto de autossuficiência alimentar na Sicília, ou mesmo, voltando à abordagem holística do estudo de caso, à possibilidade de estabelecer a Soberania Alimentar.

Estes dois últimos aspectos da funcionalidade do estudo de caso são também salientados por Yin (1994), que refere, precisamente, que o estudo de caso é utilizado tanto para “testar teorias” (*theory testing*) como para “construir teorias” (*theory building*) (citado em Dooley, 2002).

6.2. A realização da investigação empírica

O tema escolhido para a parte empírica é particularmente inerente à questão da autossuficiência alimentar siciliana, uma vez que os produtos em questão, os grãos antigos sicilianos, são produzidos, transformados e (na maioria das vezes) vendidos e consumidos em solo siciliano, o que designa precisamente uma forma de autossuficiência alimentar. A questão dos grãos antigos sicilianos é particularmente importante porque o trigo e os seus derivados (pão e massas) constituem a alimentação quotidiana de todos os italianos.

Como já foi amplamente discutido na revisão da literatura, atualmente o comércio global, no nosso caso o agronegócio, levou um grande número de regiões do mundo a depender das importações para satisfazer as suas necessidades alimentares. É claro que isto também acontece na Sicília, apesar de a região ter sido, em muitos aspectos, poupada à globalização descontrolada e de ainda manter vivos traços culturais antigos, incluindo o cultivo de sementes autóctones e a preparação de alimentos tradicionais.

Infelizmente, estes traços culturais estão cada vez mais ameaçados e correm o risco de serem completamente apagados pelo neoliberalismo excessivo.

Numa tentativa de contrariar esta tendência surgiram várias associações e cooperativas em defesa da monopolização cultural.

Decidi dar o exemplo de uma associação cultural chamada Simenza, que, como irei referir mais adiante, se ocupa da proteção da biodiversidade siciliana, agrupando agricultores de várias espécies, cada um dos quais tem a tarefa de preservar uma ou mais espécies autóctones sicilianas, desde frutas a legumes e hortaliças. Simenza, especificamente, ocupa-se sobretudo da proteção e preservação das antigas variedades de trigo siciliano e, como já estava muito interessado na ideia, decidi, através da associação, conhecer diretamente os agricultores que são os "guardiões" de algumas das mais antigas variedades de trigo siciliano.

Tomei conhecimento da associação através da leitura de um artigo publicado pela Universidade de Catânia sobre a redescoberta dos antigos cereais sicilianos, um artigo publicado pela Faculdade de Agronomia. Por conseguinte, assim que tomei conhecimento da associação, comecei a fazer algumas pesquisas na internet para compreender melhor o seu funcionamento e, sobretudo, para contactar a direção.

Depois de alguma pesquisa, consegui encontrar o e-mail do presidente, a quem enviei imediatamente um e-mail explicando o meu interesse em desenvolver a parte empírica da minha dissertação sobre o que fazem os agricultores associados a Simenza.

Inicialmente, mostrou-se muito prestável e enviou-me imediatamente alguns contactos. A minha intenção era realizar cerca de dez entrevistas, de modo a ter em mãos uma quantidade suficientemente substancial de dados que pudesse comparar, analisar e reformular.

Assim que recebi os contactos, todos eles exclusivamente de agricultores associados e produtores de grãos antigos sicilianos, entrei em contacto telefónico com eles, tentando já estabelecer um clima de confiança com o entrevistado.

Considerarei extremamente importante criar uma certa confiança já por telefone, porque já tinha percebido que ia encontrar pessoas que, no fundo, não se preocupavam em respeitar certos rituais sociais, como por exemplo "tratar por você".

Através do presidente, recebi os contactos de quatro agricultores e fui visitá-los em dois dias, dois no primeiro dia e outros dois no segundo. A decisão de distribuir um máximo de duas entrevistas num dia deveu-se sobretudo a um problema logístico: ficavam a várias horas de carro da minha cidade e também bastante longe uns dos outros. No primeiro dia percorri 610km. No segundo dia, 300km.

O ponto de partida de cada entrevista foi a minha cidade natal, Giarratana, que se situa na parte sudeste da ilha. Os primeiros quatro contactos foram um na zona noroeste, um na zona centro-sul e os outros dois na zona centro-norte.

Para além da distância, é de salientar a evidente falta de infraestruturas de que sofre a Sicília, o que aumentou tanto o tempo de viagem até ao destino como as despesas de combustível, uma

vez que para chegar aos entrevistados não utilizei a autoestrada, mas sim estradas secundárias em evidente estado de degradação.

Além disso, recorde-se que as entrevistas foram todas realizadas dentro das empresas, o que significa que tive de me deslocar para o campo, o que exige a utilização de um carro adequado para estradas de terra, que, felizmente, o meu pai tem e me emprestou.

Foram realizadas nove entrevistas. No quadro 6.2.1 são identificados e caracterizados os entrevistados.

Quadro 6.2.1 – Lista dos entrevistados. Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas

Nome e apelido	Idade	Escolaridade	Ocupação	Localidade
Giuseppe Grasso	42 anos	Mestrado	Agricultor	Vizzini
Giacomo Gatì	71 anos	Ensino secundário	Agricultor	Campobello di Licata
Silvia Turco	54 anos	Ensino secundário	Agricultor	Enna
Nino Ciaccio	50 anos	Mestrado	Agricultor	Roccamena
Sergio Ioppolo	44 anos	Ensino secundário	Agricultor	Agira
Andrea Di Nolfo	48 anos	Ensino básico	Agricultor	Agira
Rosario Latina	54 anos	Ensino básico	Proprietário do moinho	Giarratana
Michele Cancemi	55 anos	Ensino secundário	Agricultor	Caltanissetta
Alfonso Accorso	51 anos	Ensino secundário	Empregado e agricultor	Valguarnera Caropepe

Seguem-se dois mapas geográficos da Sicília, com diferentes níveis de zoom, que mostram os locais onde foram realizadas as entrevistas.

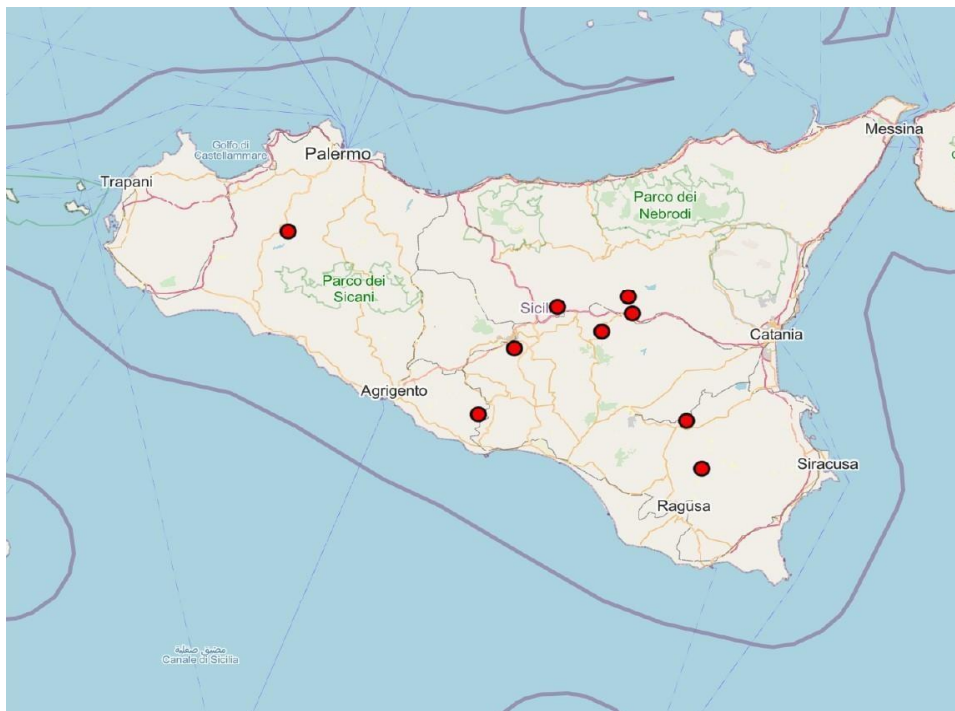


Figura 6.2.2 – Mapa geográfico da Sicília e localidades das entrevistas. Fonte: National Geographic MapMaker

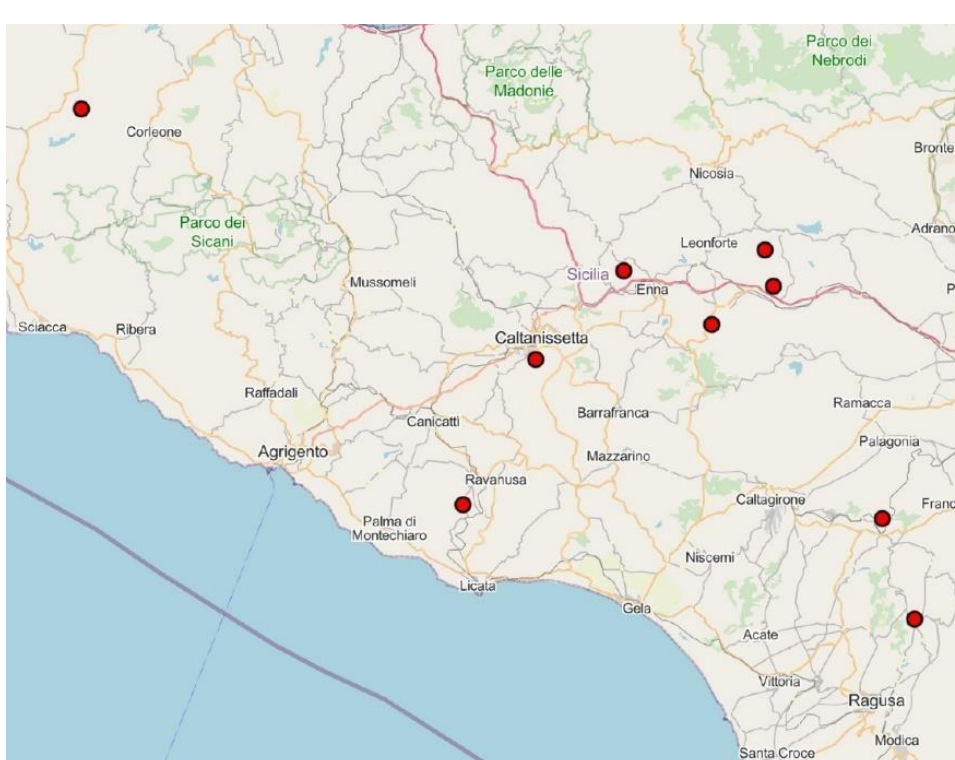


Figura 6.2.3 - Mapa geográfico da Sicília e localidades das entrevistas (zoom). Fonte: National Geographic MapMaker

Nas primeiras quatro entrevistas, encontrei pessoas que estavam muito dispostas a dar-me um pouco do seu tempo.

Assim que conheci o entrevistado, dediquei-me de imediato a manter e aprofundar o clima de confiança já criado ao telefone, conversando sobre isto e aquilo, aceitando um café se me fosse oferecido, e apresentando o motivo pelo qual estava ali.

A utilização da linguagem foi também algo a que prestei muita atenção. Se o entrevistado me desse espaço para o conhecer melhor e, assim, estabelecer ainda mais confiança, dirigir-me-ia a ele em siciliano, o que delineia a quebra da linguagem formal - e, portanto, da formalidade - entre dois estranhos.

Ao explicar a investigação que pretendia levar a cabo, pedi autorização para gravar a entrevista, bem como para incluir o nome, a idade e o nível de escolaridade do entrevistado na dissertação. Todos eles deram-me essas autorizações.

A técnica que utilizei para recolher a informação foi a da entrevista semiestruturada e, como tal, informei o entrevistado de que, embora se tratasse de uma entrevista composta por perguntas para as quais esperava respostas, defini-a como uma conversa com pontos de linha a seguir. Isto porque não queria criar um clima de tensão em que o entrevistado se sentisse obrigado a responder a determinadas perguntas de uma determinada forma.

Naturalmente, eu orientava a entrevista de forma meticulosa, no sentido em que, embora o entrevistado pudesse passar de um tema para outro com toda a liberdade, eu impunha limites. Se visse que o discurso do entrevistado começava a tratar de temas que não me interessavam, ou de que eu não precisava, tentava trazê-lo de volta ao tema que eu queria que ele tratasse. Isto, quando acontecia, nunca era feito repetindo a pergunta uma segunda vez, mas sempre de uma forma subtil, pois não queria que o entrevistado se sentisse errado ou incapaz de me dar a informação de que eu precisava.

As primeiras quatro entrevistas, como já foi dito, foram efetuadas em dois dias. Depois de as transcrever, esperei pacientemente que o presidente da associação me passasse outros contactos, como previamente combinado.

Passados dez dias, e depois de algumas solicitações, uma vez que o presidente praticamente deixou de me responder, decidi deixar de contar com ele e obter os novos contactos através dos agricultores que já tinha entrevistado.

Contactei Silvia Turco, que era a pessoa com quem me sentia mais à vontade, e pedi-lhe que me enviasse os contactos de outros agricultores.

A intenção que tive desde o início foi a de ter um grupo de entrevistados maioritariamente heterogéneo em termos de idade e de nível de escolaridade, intenção que assinalei à Sílvia, que

gentilmente me passou os contactos de dois agricultores, um dos quais com um nível de escolaridade inferior ao dos primeiros quatro entrevistados, dois dos quais licenciados em economia e os outros dois com um diploma.

A intenção de entrevistar um grupo heterogéneo resulta da curiosidade de compreender o porquê da escolha de cultivar os grãos antigos sicilianos, uma escolha que, para ser feita, deve ser apoiada por um certo nível de informação e cultura por parte do agricultor, dada a natureza particular do cultivo e as razões que lhe estão subjacentes, razões que serão explicadas em pormenor nas secções seguintes.

Os outros dois contactos que Silvia me deu foram em Agira, no interior da Sicília, a 150 km de Giarratana.

Em Agira conheci Sergio e Andrea, duas pessoas apaixonadas pelo trabalho que fazem, mas muito diferentes.

Com o Sergio, o primeiro entrevistado dos dois, estabeleci imediatamente uma relação de confiança. Pude conversar com ele sobre temas mais complexos, que exigem um certo estudo e um certo nível de informação sobre eles, como a Soberania Alimentar.

O Sérgio é uma pessoa que acredita muito no que faz, porque, apesar de ter poucos hectares à sua disposição (12), ele empenhou-se em fazer tudo à mão, ou quase. Só durante o processo de limpeza do grão é que teve a ajuda de pequenas máquinas dos anos 30 que herdou do seu avô. Fiquei muito grato a Sérgio pela entrevista, porque percebi o quanto uma hora do seu tempo podia significar para ele, uma vez que fizemos a entrevista praticamente enquanto ele limpava os grãos.

Com o Andrea, encontrei-me numa situação completamente diferente, mas ainda assim fascinante. Com Andrea não podia falar de Soberania Alimentar, neoliberalismo, autossuficiência alimentar. Com ele nem sequer podia falar italiano, tive de realizar a entrevista quase inteiramente em siciliano.

Deparei-me com uma pessoa que respondeu de forma fria e seca às perguntas que lhe fiz, o que me causou alguma preocupação quanto ao resultado final da entrevista. Mais tarde, apercebi-me de que deveria ter agido de forma diferente e que, na verdade, fui guiado pela minha curiosidade em compreender por que razão Andrea cultivava grãos antigos e não trigo convencional como a maioria dos seus vizinhos. Andrea, com a simplicidade da sua linguagem, respondeu-me que cultivava cereais antigos porque acreditava neles, porque acreditava no que fazia, sublinhando o facto de ter uma ética de produção bem definida. No entanto, o caso de Andrea será objeto de um tratamento aprofundado nos parágrafos seguintes.

Para as outras entrevistas, apoiei-me em Giacomo, o segundo agricultor entrevistado. Como no caso de Silvia, perguntei-lhe cuidadosamente se me podia passar alguns contactos e, surpreendentemente, disse-me que um dos membros da associação se encontrava na minha cidade, Giarratana, e que não era agricultor, mas sim proprietário de um moinho que moía grãos antigos. Viver numa cidade de 2500 habitantes, como Giarratana, significa que a população se conhece completamente e, de facto, foi esse o meu caso. Já conhecia o proprietário do moinho, Rosario Latina. Foi suficiente telefonar-lhe para marcar um encontro no moinho e fazer-lhe as perguntas que elaborei prontamente, uma vez que não era agricultor, mas sim transformador, o que me despertou a curiosidade de compreender também a dinâmica por detrás da transformação. O Rosario deu-me a impressão de uma pessoa que luta todos os dias para tentar que as pessoas na Sicília mudem os seus hábitos alimentares, porque está consciente de que na sua região o comércio livre e a comida artificial que o acompanha estão a apagar séculos de tradições.

Através do Rosario consegui o último contacto, o de Alfonso. Ele se encontrava no interior da Sicília, na parte norte. Com ele consegui imediatamente sentir-me à vontade e fazê-lo sentir-se à vontade comigo. No caso do Alfonso fui confrontado com uma pessoa particularmente conscientes do que estava a fazer e do objetivo pelo qual lutava, que vai muito além de um simples retorno económico.

7. Estudo de caso

O capítulo seguinte é dedicado ao estudo de caso.

O primeiro parágrafo que se segue a este apresentará uma caracterização do território siciliano, a fim de dar uma primeira apresentação da região e, assim, compreender melhor a análise dos dados extrapolados das entrevistas.

Para analisar as entrevistas, pareceu-me mais adequado organizar os dados extrapolados em macro temas, a cada um dos quais foi atribuído um parágrafo.

Assim, cada parágrafo aborda a questão da cadeia de abastecimento de grãos antigos sob diferentes perspetivas e pretende relacionar a literatura estudada para a redação da revisão da literatura com o estudo de caso. Por este motivo, em cada parágrafo serão feitas referências a autores e conceitos destacados na parte teórica.

Durante a análise dos dados, em vez de destacar a informação relativa exclusivamente à associação Simenza, preferi incorporá-la nos vários parágrafos, de modo a formar uma leitura homogénea dos resultados e, assim, obter uma visão única da dinâmica, e não fragmentada.

O primeiro parágrafo centra-se na questão económica, onde serão abordados temas como o rendimento dos grãos antigos, os preços, a dinâmica comercial, as dificuldades, os desafios e as vantagens desta cadeia de abastecimento. Neste ponto, há uma subsecção dedicada à questão dos “apoios financeiros externos”.

O segundo parágrafo, dedicado à questão ambiental, centrar-se-á na importância deste tipo de agricultura para a biodiversidade siciliana e discutirá a associação e o seu objetivo de converter os agricultores sicilianos a práticas sustentáveis.

O terceiro parágrafo é dedicado à questão ética deste tipo de produção e centra-se principalmente na visão que cada entrevistado tem do seu trabalho, que é visto pela maioria deles como um estilo de vida e não como um meio de obter rendimentos.

O quarto é dedicado ao aspeto social deste tipo de agricultura e salienta o objetivo que a associação tem, juntamente com os agricultores, de querer mudar a estrutura social dos agricultores sicilianos, tentando (re)estabelecer a socialidade do campo siciliano.

Os dois últimos parágrafos são dedicados ao sector dos grãos antigos e ao seu posicionamento em relação a acontecimentos (crises) de natureza geopolítica e económica, como a guerra na Ucrânia, e de natureza social e económica, como a crise desencadeada pelo vírus Covid-19.

7.1. Caracterização territorial

Na caracterização territorial da Sicília serão considerados dados socioeconómicos de modo a produzir uma apresentação da região, embora não excessivamente detalhada, mas amplamente suficiente para melhor compreender o estudo de caso realizado na própria Sicília.

A Sicília é uma das vinte regiões italianas que, juntamente com o Vale de Aosta, Trentino-Alto Ádige, Friuli-Venezia-Giulia e Sardenha, é dotada de um estatuto especial que lhe confere formas e condições de autonomia específicas, devido à sua posição geográfica particular e ao seu passado histórico que a torna culturalmente muito diferente do resto da Itália. Por este motivo, a Sicília tem o seu próprio parlamento, a ARS (Assemblea Regionale Siciliana), com sede em Palermo, a capital siciliana.

É a maior ilha do Mediterrâneo, com uma superfície de 25.832,4 km² (8,6% do total nacional), o que a torna também a maior região italiana. Politicamente, subdivide-se em nove províncias (NUTS 3), cada uma delas encabeçada por uma capital, enumeradas a seguir por ordem decrescente de habitantes.

Quadro 7.1.1 – Lista das capitais de distrito por números de habitantes. Fonte: Tuttitalia. Dados atualizados pelo autor a 26/08/2023

Nome	N. de habitantes
Palermo	630.167
Catania	298.762
Messina	218.786
Siracusa	116.244
Ragusa	73.159
Caltanissetta	58.532
Trapani	55.559
Agrigento	55.512
Enna	25.512

A população total da ilha ascende a 4 802 016 habitantes (Tuttitalia, 2023), o que a torna a quinta região mais populosa de Itália, depois da Lombardia, do Lácio, da Campânia e do Veneto. Do ponto de vista geológico, é uma terra maioritariamente montanhosa, com o pico mais alto representado pelo vulcão Etna, o vulcão ativo mais alto da Europa, 3343 metros acima do nível do mar. O resto da paisagem é heterogéneo, com uma preponderância de colinas, à

exceção de algumas planícies não muito extensas, incluindo a Planície de Catânia e a Planície de Gela, nas partes oriental e centro-sul da ilha, respetivamente.

Excetuando as principais cadeias montanhosas, ou seja, os Nebrodi, Madonie e Peloritani (que formam os Apeninos sicilianos), a Sicília é, na sua maioria, desprovida de grandes áreas florestais. Esta característica principal, preponderante sobretudo no interior morfologicamente colinoso da Sicília, favoreceu a cultura do trigo durante milénios, tornando-a o "celeiro de Itália" já na época romana.

A Sicília, juntamente com a indústria energética, baseia a sua maior rentabilidade na agricultura, um sector que, em 2022, rendeu 6,3 mil milhões de euros e representa 8% do PIB siciliano. Com a agricultura, para além do trigo, dos legumes e, sobretudo, da azeitona e do azeite, produzem-se amêndoas, citrinos, vinho e alfarroba.

Trata-se de uma região com uma estrutura socioeconómica muito particular e por vezes complicada. Praticamente desde a reunificação da Itália, em 1861, a região tem sofrido uma nítida desvantagem em relação tanto às regiões mais ricas do Norte de Itália como às outras regiões em geral, uma vez que, infelizmente, está quase sempre no fim da lista das estatísticas oficiais.

Não é minha intenção esclarecer a razão desta desvantagem, mas penso que vale a pena consultar alguns dados que extrapolei das estatísticas do Eurostat e que comparam regiões (NUTS 2) a nível europeu, a fim de compreender melhor este atraso.

O mapa seguinte mostra-nos o PIB per capita (*purchasing power standard*) das regiões europeias em 2020 e, como podemos ver bem, a Sicília está quase no fim da lista.

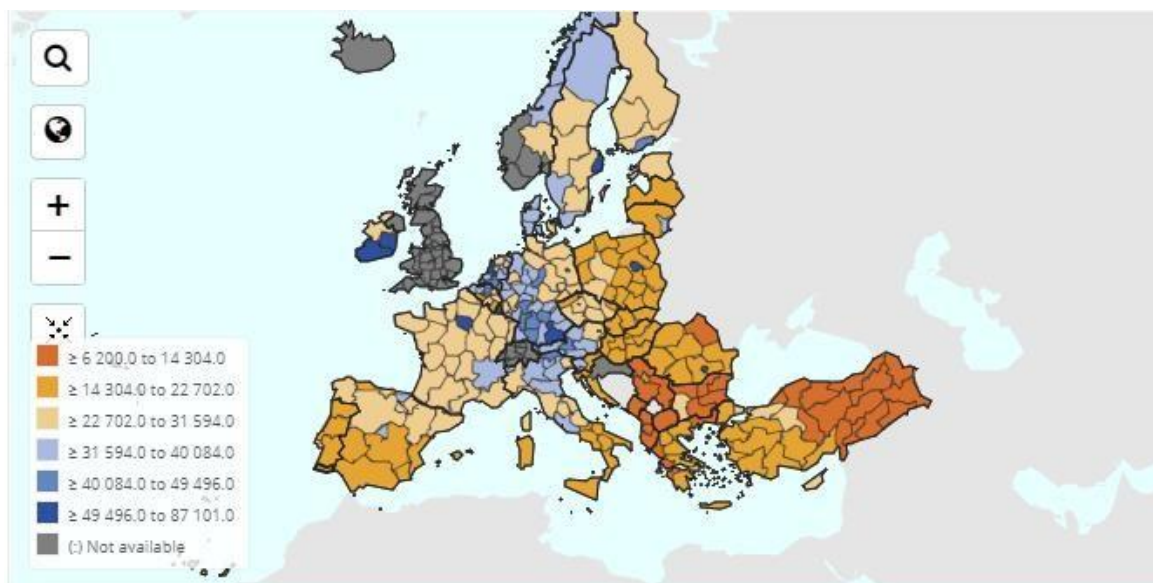


Figura 7.1.2 – PIB per capita das regiões europeias, 2020 (mapa). Fonte: Eurostat

A seguir, a posição da Sicília (ITG1) entre as regiões europeias com PIB semelhante.

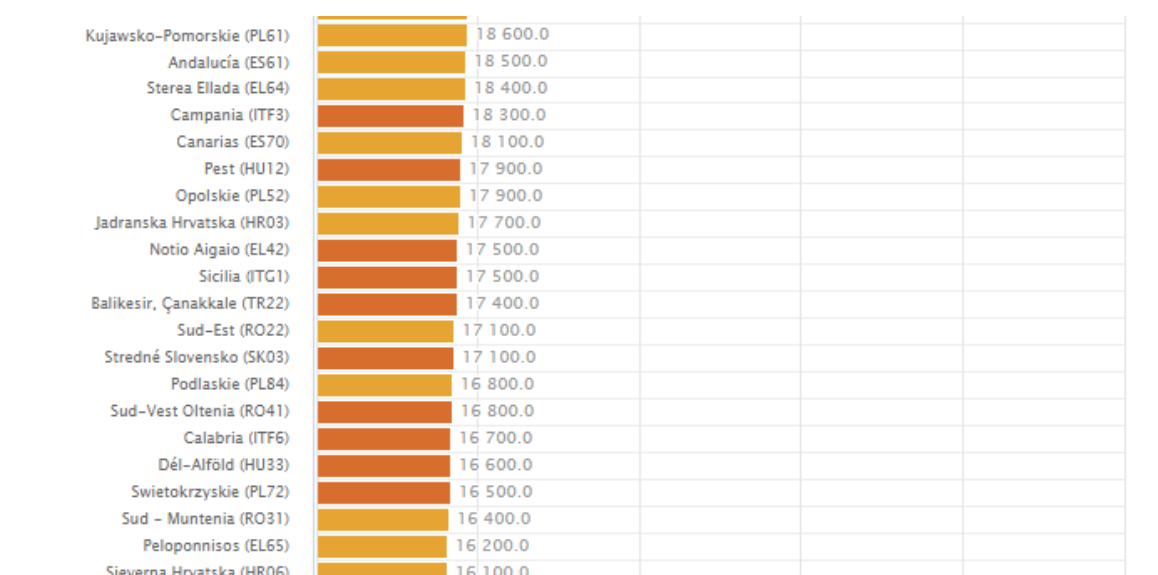


Figura 7.1.3 - PIB per capita das regiões europeias, 2020 (gráfico). Fonte: Eurostat

A situação não muda muito, de facto, piora, se considerarmos o nível de emprego da Sicília em relação às outras regiões europeias. A estimativa, expressa em percentagem, é para o ano de 2021 e considera pessoas de idade entre os vinte e os sessenta e quatro anos.

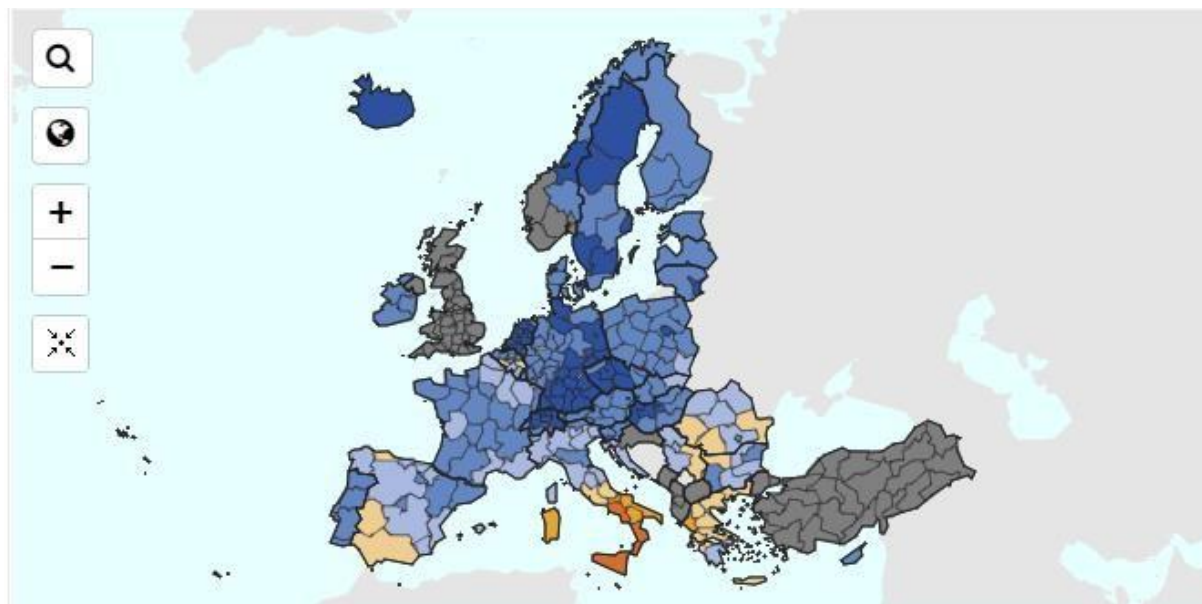


Figura 7.1.4 – Nível de emprego nas regiões europeias, 2021 (idade 20-64) (mapa). Fonte: Eurostat

Como se pode ver também na classificação seguinte, que relaciona as várias regiões, em 2021 a Sicília está em último lugar na União Europeia em termos de número de pessoas empregadas.

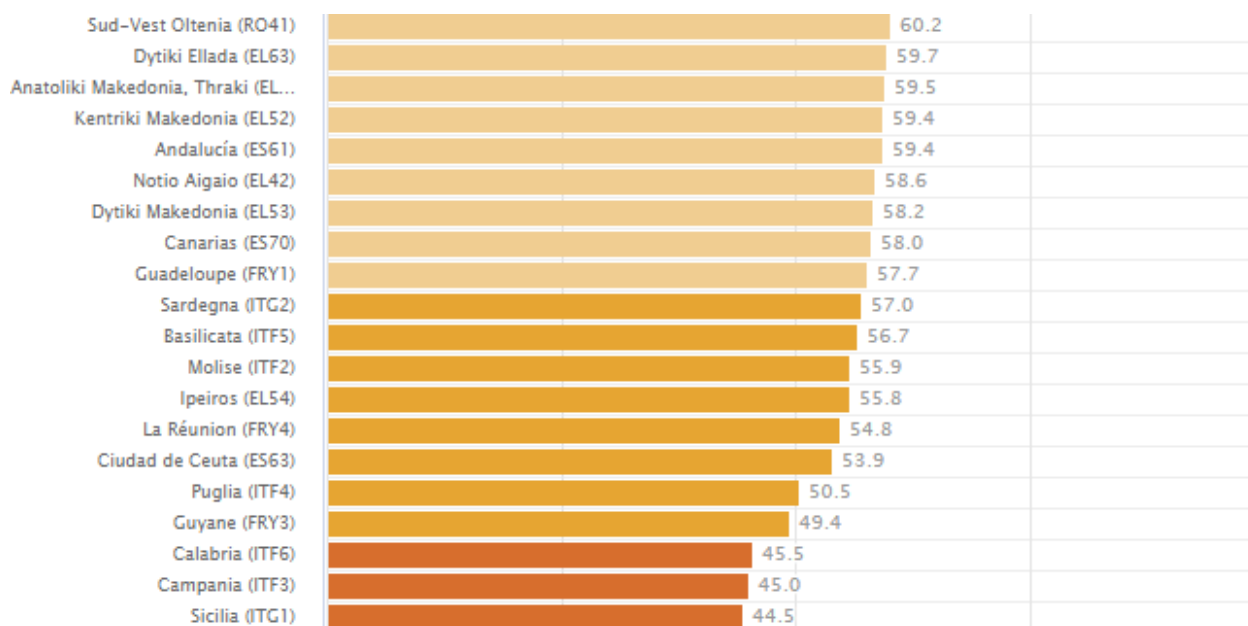


Figura 7.1.5 - Nível de emprego nas regiões europeias, 2021 (idade 20-64) (gráfico). Fonte: Eurostat

Referindo-nos também aos dados de 2018 a partir dos inquéritos do Istat (*Istituto nazionale di statistica*), descobrimos que na Sicília a incidência da pobreza relativa individual é de 26% contra 15% da média nacional. Se considerarmos os agregados familiares e não o indivíduo, encontramos 22,5% contra 11,8% da média nacional.

Assim, pelo menos do ponto de vista económico, podemos afirmar que a região apresenta várias dificuldades e desafios que terá de enfrentar, entre os quais, a acentuada carência e falta de infraestruturas, que não fazem senão desencorajar o lançamento da economia siciliana, especialmente a nível interno, portanto, a economia regional e local, uma vez que a ilha está equipada com quatro aeroportos internacionais e vários portos marítimos que, no entanto, conseguem estimular o comércio externo.

Intimamente relacionado com a elevada taxa de desemprego está o elevado número (expresso em percentagem da população total) de jovens entre os quinze e os vinte e quatro anos que não trabalham, não estudam, nem frequentam qualquer curso de formação, como se pode ver no mapa e na classificação abaixo. Estes dados foram igualmente extrapolados das estatísticas do Eurostat e datam de 2021.

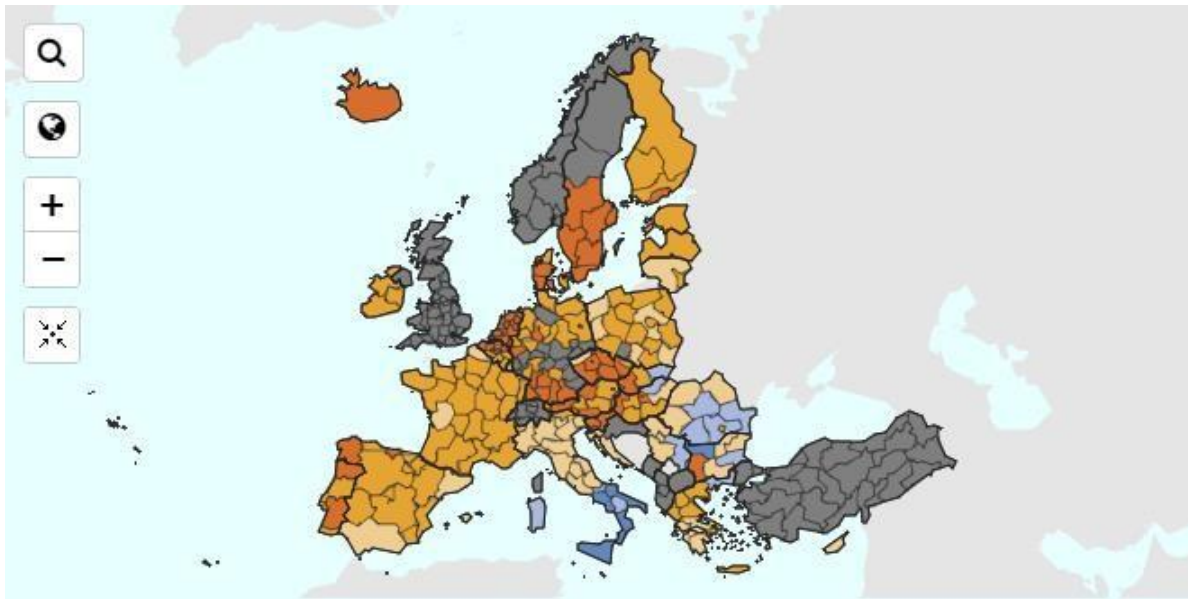


Figura 7.1.6 – Percentagem de jovens (idade 15-24) que não estudam, não trabalham e não frequentam qualquer curso de formação (mapa). Fonte: Eurostat

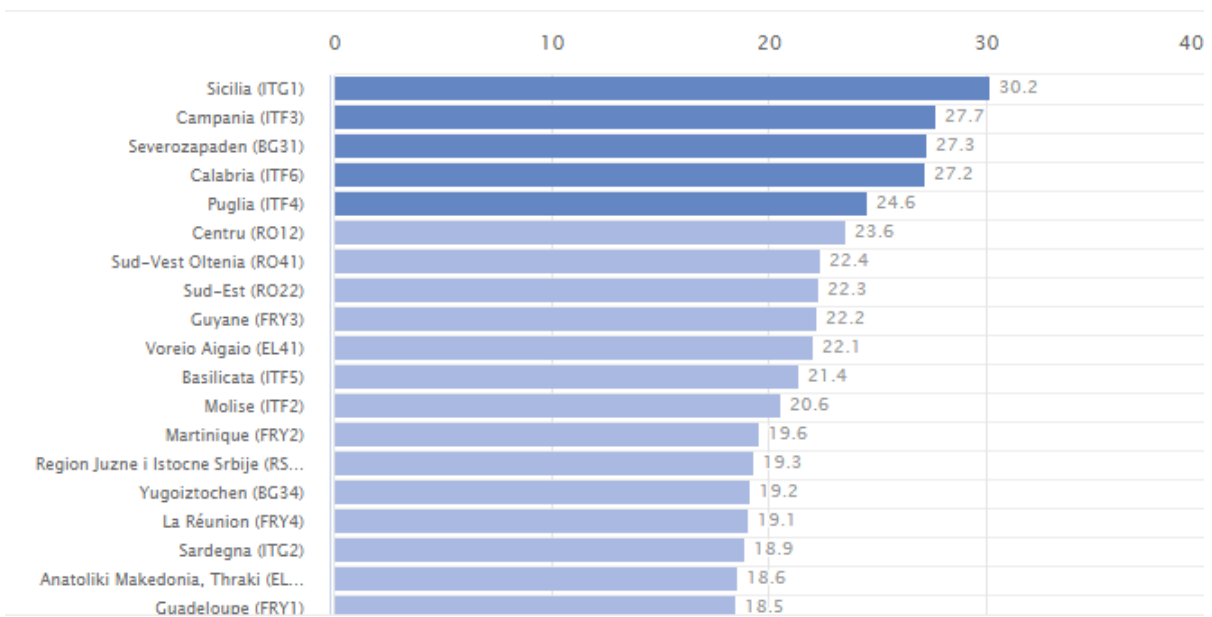


Figura 7.1.7 - Percentagem de jovens (idade 15-24) que não estudam, não trabalham e não frequentam qualquer curso de formação (gráfico). Fonte: Eurostat

Assim, a partir destes resultados, podemos compreender como o problema é, antes de mais, social, dada a elevada taxa de jovens que não estão a desenvolver uma vida profissional ativa. A Sicília é também uma região que sofre de uma elevada taxa de despovoamento das zonas rurais, o que afeta de forma significativa o desenvolvimento económico dessas zonas.

Isto torna-se particularmente problemático para uma região que baseia a maior parte da sua economia na produção agrícola dos produtos acima referidos, produção essa que se realiza em parte nas zonas rurais. A baixa oferta de mão de obra, aliada à pouca atratividade para os jovens, faz com que a população emigre para os polos económicos mais poderosos da ilha, Catânia e Palermo, centros do poder político e económico de toda a ilha.

O outro tipo de emigração, mais acentuado do que a interna, é para as regiões do Norte de Itália, que oferecem uma qualidade de vida (segundo indicadores económicos) muito superior à da Sicília.

Um dos setores que mais riqueza produz na Sicília é o turismo, dada a oferta cultural e paisagística que a ilha tem para oferecer.

Neste sentido, é de salientar os numerosos sítios de importância cultural e histórica localizados na ilha, que conta com nada menos que sete sítios protegidos pela UNESCO, incluindo os centros históricos de várias cidades da ilha, como Palermo, Catânia, Siracusa, Modica, Ragusa e Noto, para além dos vários teatros e templos gregos e romanos.

De um ponto de vista naturalista, a ilha é particularmente interessante devido à sua elevada biodiversidade e à presença de muitas espécies endémicas que só se encontram em solo siciliano. Praias de águas cristalinas, desfiladeiros fluviais, lagos de montanha, o Monte Etna e os arquipélagos sicilianos (Ilhas Eólias, Egadi e Pelagie) constituem um pacote turístico particularmente atrativo, que a ilha aproveita ao máximo durante a época estival.

7.2. Análise dos resultados

7.2.1. Dimensão económica

Um dos objetivos que me propus analisar em profundidade, e receber o maior número possível de perspetivas, diz respeito ao aspeto económico do cultivo dos grãos antigos sicilianos. Concretamente, queria compreender por que razão, do ponto de vista económico, optar por este tipo de cultivo.

A minha perceção, antes de realizar as entrevistas e depois de ter estudado o assunto com alguma profundidade, era a de pessoas, agricultores, que, principalmente por paixão e adoração pelas tradições e pelo passado, se dedicavam à produção destas variedades de trigo, e só em segundo ou mesmo terceiro ou quarto lugar olhavam para um possível retorno económico. Estava muito enganado.

O que pude constatar junto de todos os entrevistados é que os grãos sicilianos representam um mercado muito mais florescente do que os grãos convencionais.

Antes de mais, há que salientar a redução evidente dos custos de produção.

Os grãos antigos, sendo variedades autóctones da Sicília, são, em si mesmos, variedades muito mais resistentes e tenazes do que os grãos convencionais. Um dos exemplos mais evidentes é a propensão das variedades autóctones para a resistência à seca, dado que a ilha da Sicília é uma terra particularmente árida desde o final da primavera até ao final de setembro.

A confirmação deste facto foi-me dada especialmente por Giuseppe, que me disse que nunca poderia cultivar cereais convencionais porque Vizzini, o local onde se situa a sua exploração, é uma zona muito árida durante o período de cultivo do trigo.

Esta informação serve sobretudo como resposta ao imperativo das multinacionais que obstruíram o mercado com informações falsas, nomeadamente, que através da modificação genética das sementes se adaptariam a condições climáticas difíceis e diferentes.

Aqui, gostaria de acrescentar a minha própria reflexão sobre isto, nomeadamente, que a natureza, ao longo de milénios, fez uma seleção muito mais peculiar do que o homem poderia fazer em décadas, e isso é evidente na adaptabilidade que os grãos que Giuseppe cultiva têm com o ambiente que os rodeia, que é o seu ambiente natural, o de Vizzini.

O outro aspeto, que neste ponto será analisado de um ponto de vista puramente económico e de custos, mas que tem também e sobretudo repercussões do ponto de vista ambiental, diz respeito à resistência dos cereais antigos tanto às ervas daninhas como às pragas, fatores que prejudicam significativamente a produção dos trigos convencionais.

Assim, para poderem cultivar os grãos convencionais, os agricultores sicilianos têm de incluir nos seus custos de produção também os custos dos fertilizantes, herbicidas e pesticidas, o que não acontece com os grãos antigos, que não necessitam de qualquer tratamento para crescerem com sucesso.

Ora, é preciso sublinhar que, segundo as entrevistas efetuadas, nem todos os agricultores sicilianos produzem grãos antigos de forma biológica. Mas é necessário afirmar que a maioria deles produz organicamente precisamente porque, para além da ideologia de cada um dos agricultores e para além do rendimento económico do biológico, que é muito elevado em comparação com o cultivo convencional, os grãos antigos não necessitam de qualquer tratamento adicional para além do da mãe natureza, do sol, do solo com os seus nutrientes e da chuva.

Este aspeto é particularmente importante do ponto de vista económico, porque todos os agricultores que entrevistei, ao não utilizarem quaisquer fatores de produção externos,

conseguem redirecionar os eventuais custos com adubos, herbicidas e pesticidas para os salários que oferecem aos seus empregados (para os que os têm) e para os custos que fixam para a venda dos próprios grãos (que têm uma margem muito baixa, precisamente devido à redução de custos agora referida).

A este propósito, gostaria de referir o caso de Nino Ciaccio.

Nino sempre esteve muito atento às questões ambientais e de biodiversidade na Sicília. Por isso, a sua empresa produz trigo biológico. Mas só recentemente passou a dedicar-se ao cultivo dos grãos antigos. De facto, há quinze anos, Nino produzia cereais convencionais de forma biológica, nomeadamente uma variedade chamada Duilio, um trigo duro utilizado no fabrico de pão na Sicília. Nino contou-me que, quando produzia o Duilio, a planta não conseguia terminar o seu ciclo vegetativo fisiológico, precisamente porque Nino não utilizava qualquer insumo externo. Mas, como também diz, apesar de ser um “empresário nostálgico” (referindo-se ao facto de querer cultivar “à moda antiga”, sem a utilização de produtos químicos), também tinha de ter cuidado com a sua carteira, que estava vazia nessa altura precisamente devido aos custos adicionais que o Duilio exigia.

Assim, para contrariar esta tendência, Nino não começou a utilizar estas substâncias, mas quis mudar o produto produzido. Enquanto anteriormente o Duilio lhe rendia cerca de 17 quintais por hectare, atualmente o Timilia, o Perciasacchi e o Maiorca (três das variedades de trigo antigas) rendem-lhe 22-23 quintais por hectare.

Isto demonstra, portanto, que os trigos modernos, pelo menos nestas regiões da Sicília, não são produtivos, mas sim o contrário, e que os trigos antigos são ainda mais produtivos porque estão adaptados ao seu ambiente natural.

Como me explicou Giacomo Gatì, a elevada produtividade dos cereais convencionais foi uma informação divulgada pelo Governo italiano após a Segunda Guerra Mundial para poder difundir as “sementes cartelinizadas”, ou seja, variedades de trigo que foram lançadas como variedades de elevada produtividade, em detrimento de variedades que sempre foram cultivadas na ilha e que sempre fizeram parte da cultura culinária siciliana.

Cito as palavras que Alfonso recorda do seu pai, também ele agricultor, a quem os agrónomos aconselharam o cultivo de grãos modernos: “todos os agricultores deviam produzir o máximo para o poderem revender e assim alimentar os países em dificuldade”. Estas palavras fazem eco das de Seby (2020), um autor citado na revisão da literatura sobre a GR e sobre a “tarefa” que os agricultores tinham nessa altura.

A nossa sorte, como me disse o Giacomo, foi termos na Sicília, na província de Catânia, a estação de granicultura de Caltagirone, que desde 1927 se dedica à conservação, manutenção e valorização do germoplasma das antigas variedades de trigo siciliano.

É graças a esta instituição que as cinquenta e duas variedades autóctones de trigo siciliano não se perderam e estão atualmente à disposição de todos os agricultores sicilianos que desejem cultivar esses trigos, diferentemente das inúmeras variedades autóctones que se perderam devido a uma agricultura intensiva concentrada num número muito reduzido de espécies, como referido na primeira parte da dissertação por Akinola et al. (2020).

Para além do rendimento, é essencial sublinhar o outro aspeto da conveniência do cultivo dos grãos antigos, ou seja, o preço.

Nino ficou incrédulo quando, no primeiro ano de cultivo do Timilia, no final da colheita, o vendeu a 55 cêntimos por quilo, contra 18 cêntimos por quilo do Duilio. Mas também me disse que, quando no período entre 2021 e 2022, o preço do trigo convencional subiu para 55 cêntimos por quilo, manteve uma margem de lucro baixa com o Timilia, aumentando o seu preço em apenas 5 cêntimos, o que confirma o que todos os agricultores que entrevistei me expressaram: a intenção de construir um mercado diferente e honesto, longe da especulação e atento à divulgação de princípios saudáveis entre os consumidores, este último aspeto perseguido ao fazer com que os preços flutuem o menos possível.

Isto também é possível através da criação de contratos de cadeia de abastecimento, contratos esses que já foram assinados por Nino Ciaccio, Giuseppe Grasso, Michele Cancemi, Rosario Latina e Alfonso Accorso. Ao estabelecer este tipo de contratos, o produtor, o transformador e o comerciante têm total poder de decisão sobre o preço do produto, que neste caso pode ser o trigo, a farinha, o pão, a massa, a pizza, etc.

Este aspeto particular é uma manifestação óbvia da realocização do poder de decisão, uma manifestação que, como também salientado na revisão da literatura (Feagan, 2007), torna o sistema alimentar local atento à defesa da coesão social das pequenas comunidades. Ao realocar o poder de decisão para o nível local, todos os atores da cadeia criada se encontram independentes de terceiros, como retalhistas ou, até, multinacionais.

Como afirmou também Nino, “trata-se de um espírito de solidariedade entre nós, agricultores, transformadores e consumidores, para manter um preço que continue a garantir-nos a todos. No ano passado ou há dois anos, poderia ter parado e dito: se o trigo convencional vale 50 cêntimos, este (o trigo siciliano) pode valer um euro. Só o vendi 5 cêntimos mais do que no ano anterior, mas apenas porque o combustível agrícola tinha aumentado”.

Esta afirmação confirma o que já foi dito anteriormente sobre a permanência de margens baixas apesar da potencial facilidade de especulação.

Voltando à questão dos custos de produção entre o trigo antigo e o trigo convencional, sabemos que o rendimento do trigo siciliano, que em zonas como Vizzini, Roccamena e Caltanissetta, no caso das explorações de Giuseppe, Nino e Michele, é superior ao do trigo convencional. No entanto, noutras zonas pode não ser esse o caso.

Nas explorações de Silvia, Alfonso, Sergio e Andrea, dadas as diferenças climáticas e a diferente conformação geológica do solo, os cereais convencionais seriam mais produtivos do que os antigos. Mas, como afirmam os quatro, a ausência de despesas necessárias para os fatores de produção, no caso dos cereais antigos, não só cobre o rendimento mais baixo, como também os ganhos, em geral, são mais elevados. Isto significa que, em qualquer caso, apesar do rendimento inferior, faz sentido, do ponto de vista económico, cultivar grãos antigos.

Um exemplo notável é o de Andrea, que, apesar de estar atento à qualidade do produto e de saber que os grãos antigos são mais saudáveis, faz do cultivo biológico desses grãos uma mera questão de economia e de conveniência: “mesmo que rendam menos, posso conciliar os custos de uma menor produção com as vendas. Já agora, não preciso de fazer qualquer tratamento ou fertilização. Basta cultivá-las”.

Analisando as razões que levaram todos os agricultores a aderir à associação Simenza, verifica-se que, antes de mais, a escolha se baseia num fator social, que será analisado em pormenor na seção dedicada.

Para além do fator social, existe também um fator puramente económico. Com efeito, embora a associação seja cultural e se destine a construir uma “rede de agricultores”, serve também o objetivo de obter um retorno económico, o que é conseguido precisamente através do seu aspeto social. Tal como confirmado por todos os entrevistados, a rede de agricultores de Simenza funciona como uma rede de comunicação interpessoal de técnicas de cultivo, de conhecimentos, de sabedoria, mas também de clientes.

Como revelam as entrevistas, os membros ligam os seus clientes a outros membros. Esta característica é muito importante porque, tal como me foi explicado, se um dos membros tiver um mau ano, no sentido em que não produz o suficiente para assegurar todos os clientes, especialmente aqueles com quem foram celebrados contratos de cadeia de abastecimento, os outros membros podem compensar o défice com os seus próprios excedentes.

Um outro aspeto social, que conduz a um aspeto económico da associação que quero salientar, diz respeito à solidariedade que os membros têm entre si. É de salientar, em particular, o caso de Sílvia que, sem a associação, não poderia armazenar e vender o seu trigo, pois não

tem armazém. É um dos membros que gentilmente e sem pedir renda disponibiliza parte do seu armazém para o trigo de Sílvia, como ela diz: “não tenho nenhum armazém, se não fosse Simenza não poderia trabalhar. A rede dos membros baseia-se na solidariedade, na entreatajuda”.

No entanto, o mercado dos grãos antigos continua a ser um nicho de mercado, como afirmado por todos os entrevistados. De facto, os cereais antigos ainda são vistos pelos consumidores como um produto chique e não como um substituto direto do trigo convencional, infelizmente. Esta percepção deve-se sobretudo ao preço, que é muito mais elevado do que o dos produtos à base de grãos convencionais.

Como afirmado pelo Michele, o mercado dos cereais antigos na Sicília está praticamente saturado e os produtores têm de recorrer a outros mercados, principalmente os do Norte de Itália, onde o consumidor está muito mais atento às normas de qualidade do que o consumidor siciliano, para comercializar os seus cereais. Isto, como afirmaram também Rosario e Alfonso, é um problema cultural. O siciliano não está culturalmente educado para consumir um produto de alta qualidade e para gastar um pouco mais para o obter, o que um consumidor de Treviso ou de Milão, locais onde vivem Alfonso e Sergio, respetivamente, está disposto a fazer.

Há ainda outro aspeto a ter em conta, como me confirma Sergio: o facto de o consumidor do Norte de Itália, que vive sobretudo em grandes aglomerações urbanas como Milão, Turim, Génova, Bolonha ou Veneza, ter sofrido mais com o afastamento dos meios agrícolas do que o siciliano, que geralmente tem sempre uma referência numa zona agrícola e rural. Assim, o consumidor do Norte de Itália sente mais intensamente a ausência do produto saudável cultivado de uma determinada forma. Este facto, associado a uma maior disponibilidade económica do que o consumidor siciliano, faz com que o produto seja mais apreciado no Norte de Itália.

No entanto, o maior mercado continua a ser a Sicília, como me confirma Rosario, que vende as farinhas produzidas pelo seu moinho em toda a ilha.

Note-se, no entanto, que muitas das empresas que visitei, nomeadamente as de Giuseppe, Michele, Nino e Andrea, não são dirigidas pela família, mas têm empregados, que vão de três a cinco pessoas. Quando lhes perguntei se os seus empregados eram economicamente independentes devido aos salários que ofereciam, todos responderam que sim.

Por conseguinte, importa sublinhar aqui que o cultivo dos grãos antigos, pelo menos nas explorações de maior dimensão como as acima referidas, é também uma fonte de rendimento para outras famílias.

Portanto, em todos os casos que entrevistei, a escolha é certamente justificada, em primeiro lugar, por um fator económico e, depois, certamente por um fator ambiental e ético, como analisaremos nos parágrafos seguintes.

7.2.1.1. Apoios financeiros

No que diz respeito a qualquer apoio externo que os agricultores de grãos antigos recebam, todos os entrevistados me referem que apenas recebem financiamento da União Europeia através da PAC.

Era também minha intenção perceber se o governo local, regional ou nacional apoiava de alguma forma financeiramente a produção destes cereais, uma vez que deveria ser do interesse deles fazê-lo. Mas, como pude constatar através das entrevistas efetuadas, não existe qualquer financiamento por parte das instituições locais, nem para o cultivo dos grãos antigos especificamente, nem pelo facto de serem cultivados em modo biológico, em geral.

Por conseguinte, os agricultores contam única e exclusivamente com o apoio da UE, que se mostrou próxima dos agricultores, nomeadamente durante a PAC 2014-2020.

Se, por outro lado, tomarmos como exemplo a nova PAC, a PAC pós-2020, verificamos que o financiamento não foi alterado para aqueles que produzem segundo o modo de produção biológico.

Com efeito, o facto de a PAC pós-2020 ter sido concebida para estar mais atenta à questão da sustentabilidade ambiental, como também afirmam Feindt (2010) e a Comissão Europeia (2020) (citado em Boix-Fayos & de Vente, 2023), pode implicar que tenham sido atribuídos mais fundos aos produtores biológicos e que estes recebam mais apoios.

A verdade é outra, como também me confirmou o Sérgio, dizendo-me precisamente que a nova PAC não foi pensada diretamente para os agricultores biológicos, mas sim para os agricultores que, neste caso, fazem trigo convencional e que a EU quer levar a converter as suas explorações em biológicas.

Por conseguinte, para os agricultores que se dedicavam já à agricultura biológica, a nova PAC não proporcionou mais apoio financeiro. Serve apenas para alargar a produção biológica propriamente dita e a adoção de técnicas que são biológicas, mas que infelizmente, como o Sérgio também afirma, são muitas vezes “semelhantes ao biológico”.

7.2.2. Dimensão ambiental

Depois do aspeto económico, o cultivo de grãos antigos é certamente uma escolha apoiada por uma certa sensibilidade às questões ambientais por parte dos agricultores. Em alguns casos, como nos casos de Silvia, Alfonso, Giuseppe e Sergio, a motivação ambiental para cultivar cereais antigos não vem depois da económica, mas ambas estão ao mesmo nível.

Cada agricultor de Simenza tem uma responsabilidade específica, nomeadamente a de preservar e manter o germoplasma de uma determinada qualidade de trigo antigo. É por esta razão que os agricultores são designados "guardiães de uma variedade específica".

É certo que muitos deles cultivam as mesmas variedades, incluindo as mais populares, como a Perciasacchi ou a Timilia. No entanto, a responsabilidade que cabe a cada um deles não diminui por esse facto.

Como acaba de ser dito, a escolha de cultivar grãos antigos é muitas vezes uma escolha feita com base numa certa sensibilidade ambiental, porque, sendo esses cereais variedades vegetais autóctones da ilha da Sicília, o seu cultivo é considerado, e é de facto, uma forma de restauração da biodiversidade na Sicília.

A este respeito, estava particularmente interessado em perceber se os agricultores tinham encontrado alguma prova "física" que pudesse atestar essa recuperação da biodiversidade siciliana, para além da teoria.

Surpreendentemente, nem sequer precisei de lhes fazer esta pergunta, pois a maior parte deles disse-me que, desde que cultivam cereais antigos, as suas paisagens foram povoadas de vida nova.

Fiquei particularmente impressionado com a história do Sergio. Em criança, nos anos 80 e 90, quando o seu avô cultivava trigo convencional, nunca tinha visto insetos no tanque do seu campo. Hoje que o Sergio cultiva variedades autóctones, há uma miríade de insetos e espécies particulares de libélulas coloridas nesse tanque. Desde que estes insetos apareceram, explicou-me, é possível admirar várias espécies de pássaros, que, como me disse, "nunca tinha visto antes".

Por conseguinte, podemos dizer que sim, a recuperação da biodiversidade siciliana não é apenas um fenómeno real através do cultivo de grãos antigos, mas é já observável.

Como foi referido no parágrafo anterior, nem todos os agricultores sicilianos que cultivam grãos antigos o fazem de forma biológica. É o que acontece também no seio da associação, onde, embora a grande maioria já produza em modo biológico, não se trata, de facto, de uma prerrogativa de adesão. A única prerrogativa até à data, como me explicaram Silvia e Giacomo,

é o cultivo de variedades autóctones. Mas isto não significa que a associação não se preocupe com o cultivo biológico, muito pelo contrário: o objetivo da associação é precisamente fazer com que os agricultores se convertam ao biológico e fá-lo especificamente através da sua adesão à associação.

Como foi dito no parágrafo anterior, os agricultores que aderem à associação formam uma rede entre si, uma rede que serve sobretudo para trocar clientes, caso um ou vários deles precisem. É claro que essa troca de clientes, a maior parte dos quais já compram produtos biológicos há algum tempo, faz com que os agricultores que cultivam grãos antigos com técnicas convencionais passem para o biológico, por evidente conveniência económica, uma vez que podem alargar a sua cadeia de abastecimento a outros clientes.

Portanto, podemos dizer que sim, o objetivo da Simenza é o cultivo orgânico e já está a caminhar para que este tipo de cultivo se torne o preponderante.

Para alguns deles, como Giuseppe, por exemplo, a questão ambiental do cultivo dos grãos antigos não está apenas relacionada com a biodiversidade e o respeito pelo ambiente em si, mas coincide com uma visão das tradições.

Giuseppe disse-me que a escolha de cultivar organicamente coincide com a visão que tem da família e da quinta, onde os agricultores vivem o campo a 360 graus, dedicando-se a ele a tempo inteiro, onde cada elemento, o ser humano, os animais e as plantas precisam uns dos outros para sobreviver, onde a visão da quinta é a de um ciclo fechado, onde o homem cria, cultiva os campos e beneficia da riqueza produzida, os animais comem a palha feita com os seus próprios grãos após a colheita e os campos são fertilizados organicamente pelos animais. Como me disse Giuseppe: “é fácil ser agricultor indo ao campo oito vezes por ano para semear, controlar e colher” (aludindo aos que cultivam variedades de trigo geneticamente modificadas e tratadas com pesticidas).

Assim, a questão ambiental coincide com as tradições e uma certa nostalgia do passado e das técnicas agrícolas tradicionais, um passado que ainda não conhecia a química.

7.2.3. Dimensão ética

Cultivar grãos antigos é certamente também uma escolha ética. Uma escolha ética porque, como aprendi com os agricultores que entrevistei, todos eles se preocupam com a possibilidade de formar cadeias de abastecimento curtas, de relançar a economia siciliana na Sicília, de se tornarem tão autossuficientes quanto possível.

Como também salientado na seção “dimensão económica”, alguns deles, nomeadamente Michele e Rosario, são obrigados a exportar parte da sua produção de trigo e de farinha, respetivamente. Isto acontece porque o mercado siciliano está atualmente saturado e também por razões culturais do consumidor siciliano. Apesar disso, é fundamental dizer que o objetivo que todos os agricultores partilham continua a ser o de cuidar da sua terra, a Sicília, e, por conseguinte, comercializar os seus produtos na ilha.

Através da divulgação e do “dar o exemplo”, tentam mudar ou, pelo menos, contrariar as regras que atualmente gerem os mercados juntamente com os seus gigantes, as multinacionais do sector alimentar.

Como me disse Silvia, seria impossível para eles, enquanto associação, lutar contra as multinacionais, porque são demasiado pequenos e seriam imediatamente derrotados. Em vez disso, Simenza, juntamente com os seus membros, tenta opor-se à apropriação das sementes pelas multinacionais através da própria produção, criando cadeias de abastecimento independentes de fatores externos.

A este respeito, vale a pena sublinhar o papel desempenhado pela Região da Sicília, que, como me disse Giacomo, graças ao seu estatuto especial, instituiu uma lei regional que cria oficialmente os “agricultores guardiães”, destinados a preservar e a guardar as sementes sicilianas mais antigas, dos quais fazem parte o próprio Giacomo e o presidente da associação. Este facto contribuiu fortemente para a inversão da tendência e para um regresso lento, mas sustentado ao cultivo de cereais antigos.

Como confirmado por Giacomo e Silvia, a associação não tem raízes políticas, é apenas uma associação cultural, mas que luta por questões políticas, como a autossuficiência alimentar, a criação de cadeias de abastecimento curtas e autogeridas e a realocização do poder de decisão, que, como também sublinhado na revisão da literatura (Wittman et al., 2010, p. 87; Burnett & Murphy, 2014), tratam da “questão do comércio alimentar” através de uma abordagem holística, abrangendo os aspetos políticos, sociais, económicos, éticos e ambientais. Ou seja, fazem parte da construção da Soberania Alimentar.

Agora, se me perguntassem se, através das entrevistas realizadas, posso afirmar que Simenza, juntamente com os seus agricultores, estão empenhados em construir um projeto definido de Soberania Alimentar na Sicília, teria de responder negativamente, porque, em qualquer caso, a Soberania Alimentar tem diretrizes e pontos definidos a seguir para a sua realização, pontos definidos na declaração de Nyéléni e precisa de ser implementada na sua totalidade e não ser subdividida em subgrupos, como afirmado por Alonso-Fradejas et al. (2018).

Os agricultores entrevistados não estão a basear-se nessa declaração para construir um projeto que pode, eventualmente, levar à Soberania Alimentar.

No entanto, posso dizer com segurança que a luta que Michele, Giuseppe, Silvia e os outros estão a travar tem muitos pontos em comum com o que é a Soberania Alimentar, e eles estão certamente a contribuir para a sua construção através dos esforços que fazem todos os dias e através das ideologias que pacientemente perseguem e divulgam, a da autossuficiência alimentar, a ética da alimentação e a sua vertente cultural, a contra tendência ao comércio internacional e às importações, o respeito pelo ambiente, a sociabilidade, o bem-estar e o sentido de comunidade, na linha do que Robbins (2013) também afirma, retomando o conceito a partir da revisão da literatura: “qualquer iniciativa de relocalização, seja de produção ou de consumo, que siga os princípios da Soberania Alimentar já está a contribuir para a sua construção”.

Todos os entrevistados, quando questionados sobre o objetivo que pretendem atingir com o cultivo/transformação de grãos antigos, responderam que um dos principais objetivos é desempenhar um papel educativo junto do consumidor, tentando dar a conhecer ao máximo os grãos antigos e fazer com que as pessoas percebam que são uma escolha que, apesar de mais cara, é eticamente correta e sobretudo nutricionalmente saudável.

Uma conversa com o Sergio impressionou-me particularmente.

Sergio, apesar de dispor de poucos hectares, cultiva os grãos antigos, colhe-os à mão⁶, limpa-os e manda-os moer no moinho da aldeia. Uma vez obtida a farinha, envia-a para Canicattì, uma cidade siciliana onde existe uma fábrica de massas, e produz massas com a sua própria farinha.

Quando o produto está acabado, coloca o seu próprio rótulo e vende diretamente o produto transformado, neste caso, a massa de Timilia.

Sergio explicou-me que, atualmente, os italianos estão habituados a comer massas que só podem ter como características o grau de cozedura (quão *al dente* ficam) e um eventual sabor mais ou menos intenso a trigo. Mas o italiano não está habituado a comer uma massa que pode ter um sabor diferente consoante o grão de que é feita.

Por conseguinte, é isso que os agricultores de Simenza estão a tentar fazer, divulgar a qualidade, a diferença.

⁶ Dado que as espigas dos grãos antigos são extremamente altas em comparação com as dos grãos convencionais, altas que podem atingir até dois metros no caso do Perciasacchi, e, portanto, a debulha mecanizada é impossível.

Rosario, o proprietário do moinho, também partilha a mesma opinião, dizendo-me que transforma os cereais antigos, acima de tudo, por duas razões: para fazer as pessoas redescobrirem costumes e tradições antigas e porque, como ele diz, os grãos antigos são o que o rodeia e o que contextualiza a sua história como siciliano.

Achei particularmente interessante e forte o que o Giuseppe disse.

Giuseppe, através do cultivo de cereais antigos, espera despertar algum interesse também nos seus vizinhos. Sonha que todos os produtores de trigo da zona de Vizzini possam cultivar esses grãos e depois transformá-los e revendê-los na própria zona de Vizzini, de modo a criar um primeiro exemplo de autossuficiência alimentar local que sirva de inspiração.

Giuseppe tem também um pensamento ético bem definido sobre a agricultura e, especificamente, sobre o cultivo de variedades autóctones.

“Cada grão conserva a memória do local onde nasceu, onde foi cultivado, como foi selecionado, os locais onde viveu”, como me explicou.

O desejo de dar a conhecer o seu trabalho e de mudar algo nas impressões dos consumidores faz também parte da ética de trabalho que os agricultores que entrevistei partilham.

Sérgio escreve o passo a passo dos processos que realiza nos rótulos afixados nas embalagens das suas massas. Alfonso sonha um dia em transformar o seu campo numa empresa que cultiva de acordo com os princípios da agroecologia e pretende cultivar diferentes variedades autóctones, desde azeitonas a trigo e plantas aromáticas. Acima de tudo, quer que a sua empresa desempenhe uma função educativa para os consumidores. Como afirmou: “não é simplesmente a de uma empresa que produz trigo e tem de o dar ao consórcio. Se eu produzo grãos antigos tenho de mostrar qual é o benefício de um grão antigo, tenho de deixar que as pessoas lhes toquem, tenho de levar os futuros consumidores aos campos para lhes mostrar. Olha aqui, os grãos antigos são espigas de trigo com dois metros de altura”.

Continuando a falar dos benefícios dos grãos antigos em relação aos grãos convencionais, é certamente muito importante afirmar que os grãos antigos têm um baixo índice glicémico e são até adequados para pessoas com doença celíaca. Silvia confirmou-me que vários académicos sicilianos, cujos nomes não posso citar por não ter autorização para o fazer, deram farinha e massa feitas de Timilia a pessoas celíacas. O resultado foi um sucesso, porque nenhum deles sentiu intolerância.

Silvia voltou a dizer-me como era difícil conseguir provar a evidência, neste caso que a Timilia pode ser consumida por celíacos, basicamente porque Simenza e os seus agricultores não têm uma equipa que possa levar a cabo uma investigação científica que possa provar cientificamente os factos. Aos agricultores resta apenas a empiria, o que é muito pouco para fazer arrancar um

determinado tipo de mercado, ao contrário das multinacionais que têm a possibilidade financeira de poder efetuar a investigação.

Silvia contava-me que, há alguns anos, se espalhou um boato nas revistas de alimentação de que os benefícios dos grãos antigos eram uma farsa e que eram idênticos aos grãos modernos. Depois de terminar esta frase, olha para mim com um pequeno sorriso e confirma: “isto faz-nos ver que estamos a trabalhar bem”, aludindo ao facto de que, a pouco e pouco, os grãos antigos se estavam a tornar um mercado cada vez mais importante e que “o boato” tinha chegado aos ouvidos das multinacionais, que estavam evidentemente a fazer esse tipo de divulgação através das revistas alimentares. E continua: “mas também é cansativo, porque, devido à falta de cultura, as pessoas não compreendem que se trata de um golpe publicitário”.

A partir destas histórias, podemos compreender como a motivação e, até mesmo, a ética podem condicionar a realização de um sonho que, através do esforço coletivo, se aproxima da concretização.

7.2.4. Dimensão social

De uma forma geral, o comércio dos grãos antigos é diferente do comércio dos grãos convencionais, não só do ponto de vista económico, ambiental e, como vimos na secção anterior, do ponto de vista ético.

Esta forma de produção e de comércio baseia-se numa filosofia diferente, que também procura restabelecer a sociabilidade entre os agricultores, os transformadores, os consumidores e, de um modo geral, a comunidade.

Este objetivo constitui a base da associação Simenza, que procura precisamente redesenhar e reconstruir as relações humanas que se criam com o comércio, relações essas que, como também foi salientado na primeira parte da dissertação, devido à liberalização dos mercados e à maximização dos lucros, desapareceram e tornaram o mercado um lugar vazio e anónimo (Hinrichs, 2000; Robbins, 2013).

Esta questão reveste-se de particular interesse na Sicília, uma região cuja população, apesar de muito hospitaleira e socialmente aberta, tende, no entanto, para o individualismo e a independência. Esta expressão cultural siciliana específica foi também sublinhada por Rosario, afirmando que uma das razões pelas quais entrou para a associação foi precisamente para combater este tipo de individualismo entre os agricultores sicilianos e para os confrontar, mesmo de forma crítica, para uma maior coesão.

Falamos sobretudo de coesão e de entreajuda, que são as características que podemos facilmente identificar neste tipo de comércio, que são então as primeiras características que podemos opor ao comércio convencional neoliberal e globalizado.

Giuseppe também me confirma que, para ele, uma das maiores virtudes de aderir a esta perspetiva comercial é estar unido e coeso na construção das suas cadeias comerciais e não competir uns com os outros.

A este respeito, Sergio vai ainda mais longe, afirmando que a sua escolha de vender muitos dos seus produtos nos mercados de Milão se justifica pelo facto de o mercado siciliano estar já bastante saturado e que não quer de modo algum criar qualquer tipo de concorrência com os seus colegas agricultores, mas, pelo contrário, quer facilitar-lhes o trabalho.

No entanto, o mercado dos cereais antigos é um mercado muito especial, como me explicou Alfonso. Afirmou que ainda não existe um consórcio ao qual possa vender as suas colheitas a um preço fixo. Todas estas etapas têm de ser efetuadas de forma independente. É o agricultor que tem de encontrar o transformador ou, melhor, o cliente a quem pode vender os seus cereais. Assim sendo, fazer parte da associação facilita muito este processo, uma vez que, através da rede da associação, os agricultores podem trocar contactos, conseguindo vender produtos que talvez não conseguissem vender anteriormente (antes de se juntarem à associação), como Michele também me confirma.

Nino considera que fazer parte de um grupo de pessoas que partilham os mesmos ideais é um “impulso emocional”, adicionando que “se nos fecharmos em nós próprios, deixamos justamente de crescer”.

Por conseguinte, todos os membros de Simenza, e em geral um pouco todos os agricultores de grãos antigos, são também movidos pelo desejo de reescrever as regras do mercado, tornando-o precisamente mais social, onde a interação é de importância fundamental.

Relativamente ao aspeto social da agricultura na Sicília, gostaria de salientar uma dificuldade que, no entanto, se encontra em muitos locais da ilha.

Infelizmente, a ilha está minada por uma certa “delinquência agrícola”, como eu lhe chamaria. Para que o conceito seja melhor compreendido, vou explicar o exemplo que a Silvia me deu. Sílvia tem a sua quinta na zona rural de Enna, no coração da Sicília, que, como ela também afirma, é uma zona socialmente difícil.

A quinta da Sílvia é composta por várias cabeças de gado, incluindo cabras e ovelhas. Seria muito cómodo para Sílvia pastar os seus animais no terreno adjacente ao seu, uma vez que se trata de um terreno protegido pela administração florestal, onde cresce sempre erva fresca.

Na Sicília, é possível fazer um pedido de pastoreio aos guardas-florestais e é uma autorização fácil de obter. Mas Sílvia nem sequer pensa em fazer tal pedido, porque, como me disse, os animais do seu vizinho já pastam ali e ele encararia como um desafio se o gado de Sílvia pastasse na mesma área, chegando mesmo a cometer atos de certa gravidade, como atear incêndios.

Giuseppe também me confirma o mesmo sobre o território de Vizzini, ou seja, um território difícil onde “é melhor meter-se na sua vida, acenar com a cabeça e ficar calado”.

Com isto, parece bastante óbvio que existe na Sicília uma necessidade urgente de mudar a ordem social, uma ordem que os agricultores de Simenza, já estão a tentar transformar e recriar esse sentido de comunidade que, por razões sociais, culturais ou económicas, se perdeu e precisa de ser recuperado.

7.2.5. A cadeia de abastecimento dos grãos antigos durante a pandemia

Um período particularmente importante para analisar a dinâmica dos grãos antigos é certamente o da pandemia de Covid-19.

É particularmente importante - e interessante - porque, através desta análise, podemos demonstrar como as cadeias de abastecimento curtas e locais foram mais resilientes e seguras do que as cadeias de abastecimento longas e globais.

Esta análise é efetuada durante o período da pandemia porque, durante esse período, foram impostas várias restrições à circulação de pessoas e bens. Por conseguinte, era do meu interesse compreender o desempenho das cadeias de abastecimento dos grãos antigos na Sicília numa situação de crise como a que vivemos entre 2020 e 2021 e se, de facto, as cadeias de abastecimento dos grãos antigos se revelaram uma solução para as cadeias de abastecimento convencionais.

Começamos por um aspeto objetivo, que todos os agricultores entrevistados me confirmaram: a procura de farinhas de grãos antigos aumentou exponencialmente desde o início da pandemia, atingindo um pico logo durante o primeiro e o segundo confinamento, no primeiro semestre e no segundo semestre de 2020, respetivamente.

Como me explicaram Nino, Silvia, Giuseppe e Rosario, durante o confinamento, as pessoas redescobriram o encanto de estar juntas, de ter tempo livre. Tiveram tempo para se documentar, para pensar, para fazer a escolha certa. A escolha certa era uma alimentação saudável e de qualidade. Por isso, os consumidores sicilianos começaram a fazer pão em casa com farinhas de grãos antigos.

Este aspeto é particularmente importante se o relacionarmos com o tempo que temos disponível durante o dia para nós próprios, ou seja, o tempo livre, algo que falta cada vez mais devido ao ritmo frenético da vida e à tendência para sermos o mais produtivos possível.

Bastou que o mundo parasse para que o homem fizesse uma escolha diferente. Por isso, como me conta Sílvia, durante a pandemia houve um reconhecimento dos grãos antigos.

A dinâmica dos grãos antigos sicilianos está particularmente em linha com o que diz Campbell (2021), que vê na pandemia uma oportunidade para desenvolver cadeias curtas de abastecimento alimentar e, assim, ser o mais independente possível de fatores externos, como as importações.

O reconhecimento destes grãos, no entanto, decorre principalmente da pequena diferença de preço que os produtos derivados de grãos antigos têm tido em relação aos produtos derivados de grãos convencionais, como as massas.

A este respeito, Michele colocou-se várias vezes no lugar do consumidor e explicou-me que, durante a pandemia, o consumidor se encontrava na prateleira do supermercado com uma escolha à sua frente: a de comprar uma massa industrial feita com farinhas convencionais a 1,80 euros ou uma massa feita com grãos antigos a 2,30 euros. Provavelmente, com uma diferença de 50 cêntimos, o consumidor estará mais inclinado a escolher um produto de maior qualidade do que um produto de baixa qualidade.

Isto foi possível graças à estabilidade dos preços da cadeia de abastecimento dos grãos antigos, que, graças à sua independência em relação a fatores externos, se revela fiável, em termos de preços, uma vez que estes não flutuam, e sobretudo resiliente, dada a sua comercialização através de cadeias de abastecimento curtas.

Para além da estabilidade dos preços, no entanto, é de salientar a baixa margem que os agricultores e transformadores de grãos antigos mantêm nos seus ganhos, os quais, como os próprios expressam, pretendem equilibrar os preços o mais possível ao custo de vida dos consumidores, em forte contraste com a constante flutuação dos preços dos produtos industriais, que, ao mantê-los baixos, mais não fazem do que atuar como reprodutores do sistema capitalista no CFR, como também afirma Moore (pp. 397-398), que relata justamente que os alimentos de baixo custo sempre foram indispensáveis para a acumulação de riquezas, sempre que o sistema capitalista entra em crise, como relatado no capítulo de revisão bibliográfica.

Como Rosário também me confirmou, “o mundo dos grãos antigos segue uma dinâmica diferente que não pode ser influenciada pelo mundo exterior. O mundo dos grãos antigos é um mundo pequeno, abafado e desinteressado”.

Porém, a resiliência parece ser o aspecto mais interessante das cadeias comerciais desses grãos.

Ao nível da produção, sabemos que esta não foi minimamente afetada ou influenciada pela pandemia e pelas restrições. Como afirmou o Nino, "lamento se alguém estava à espera de adubo que não foi entregue devido a uma restrição de transporte por causa da Covid. Como sempre repito, quem conta com os seus próprios recursos é independente do que acontece lá fora".

Tal como o Nino, todos os outros entrevistados me confirmaram o mesmo, ou seja, que todos continuaram com o seu trabalho e a sua vida de forma normal, quase idêntica ao período pré-covid.

No que se refere ao aspecto da segurança, da fiabilidade desta cadeia de abastecimento durante o período pandémico, resulta das entrevistas que os grãos antigos e os produtos deles derivados não sofreram grandes problemas de comercialização, uma vez que, de um modo geral, se baseiam em cadeias de abastecimento curtas. Como me confirmou Michele, as entregas nos supermercados e nas lojas diminuíram drasticamente, assim como as expedições, um aspeto também salientado por Sergio, que já tinha posicionado o seu mercado sobretudo em Milão e não conseguiu geri-lo devido às restrições de viagem.

Por outro lado, as vendas diretas, típicas das cadeias de abastecimento locais (Robbins, 2015), aumentaram, como confirmado por Michele, que, apesar de ser um dos maiores produtores de Perciasacchi na Sicília, conseguiu vender a sua produção através das cadeias de abastecimento locais.

No que se refere ao aumento da procura e, por conseguinte, da produção e comercialização de grãos antigos desde o início da pandemia, todos os agricultores entrevistados me confirmaram que existe uma tendência crescente para a valorização destes produtos. Mas, apesar de a pandemia parecer finalmente representar o ponto de viragem para um consumo mais consciente, que valoriza e respeita a sua terra, a Sicília, essa crença acabou por se desvanecer relativamente depressa. Mais concretamente, quando se iniciou o abrandamento gradual das restrições, as pessoas voltaram às suas vidas, ao seu frenesim e aos seus (maus) hábitos, o que cristalizou a procura de grãos antigos, mantendo-a mais ou menos igual à da época da pandemia, sem continuar o aumento registado nessa altura.

Rosário disse-me a este respeito que "se fizéssemos um gráfico, a produção atingiu o seu pico no início da Covid. Quando houve o encerramento, parecia uma mudança de ritmo, onde as pessoas redescobriram o que significava fazer coisas com as suas próprias mãos, pôr as mãos na massa. Isso desvaneceu-se quando as restrições foram levantadas na primeira fase do verão

e as pessoas voltaram aos costumes do que tinham deixado para trás há alguns meses. Assim, foi esquecido. Era praticamente demasiado pouco para mudar realmente pela raiz e criar uma espécie de inversão de métodos. Não houve tal ponto de viragem, embora parecesse ser a condição perfeita”.

Assim, apesar de a pandemia ter representado uma crise de grande magnitude, tanto a nível económico como social, não conseguiu alterar os alicerces que erguem pela raiz a dinâmica económica do nosso sistema económico global e neoliberal. Mas, embora não tenha representado esse ponto de viragem, o aumento da produção, que se manteve praticamente a mesma após a crise pandémica, é, no entanto, notável e digno de destaque.

7.2.6. A guerra na Ucrânia e a cadeia de abastecimento dos grãos antigos

A última etapa a analisar diz respeito ao comportamento da cadeia de abastecimento dos grãos antigos no contexto da guerra na Ucrânia.

Como já destacado no primeiro capítulo da dissertação, a Ucrânia, juntamente com a Rússia, é um dos maiores produtores mundiais de trigo e milho (Ben Hassen & El Bilali, 2022), entre outros cereais (FAO, 2022). Quando a guerra eclodiu, devido ao encerramento dos portos ucranianos e aos danos causados tanto nos campos como nas infraestruturas utilizadas para comercializar estes cereais, assistimos a um aumento exponencial dos preços da farinha e dos produtos derivados, incluindo o pão e a massa, o alimento diário dos italianos. Este aumento vertiginoso dos preços, evidentemente, também se registou na Sicília.

Depois de termos analisado o que é a cadeia dos grãos antigos de vários pontos de vista, parece quase paradoxal que uma região como a Sicília, que tem todo o potencial para se tornar autossuficiente, pelo menos no que respeita aos produtos acima referidos, continue a importar a maior parte das suas necessidades de grãos do estrangeiro e, especificamente, da Ucrânia.

Por conseguinte, este parágrafo irá resumir o comportamento da cadeia de abastecimento de grãos antigos durante esta crise geopolítica que afeta todos a nível mundial.

Como já referimos nos parágrafos anteriores, nomeadamente no parágrafo relativo ao período pandémico, sabemos que o mercado dos grãos antigos é um mercado desligado das dinâmicas económicas globais e que é puramente independente destas.

No entanto, embora este mercado se mostre independente, tem ligações com o mundo exterior, especialmente no que diz respeito a um *input* que a Itália não possui em quantidade suficiente: a energia.

De facto, também os grãos antigos necessitam de energia para a sua produção. Concretamente, os custos que podem vir do exterior e que, por conseguinte, devem ser importados, dizem respeito principalmente aos custos de moagem e de transporte.

No que respeita à moagem, que é feita inteiramente em pedra, sabemos que esta, por si só, tem custos mais elevados do que a moagem industrial. Como me confirma o Sergio, a moagem em cilindro, em quantidades industriais, ronda os 13-15 cêntimos por quilo de trigo moído. Para a moagem em pedra, tem de pagar 60 cêntimos por quilo. Portanto, já temos um custo de produção mais elevado. Este custo mais elevado deve, no entanto, estar associado ao aumento dos custos energéticos que a Itália registou desde o início da guerra.

Portanto, o que está em causa é que o preço dos cereais antigos e dos seus produtos aumentou devido ao aumento dos custos energéticos. Da eletricidade utilizada na moagem e dos combustíveis utilizados no transporte. Para dar um exemplo concreto, como me disse Rosario, basta pensar que a eletricidade que utiliza para moer no seu moinho aumentou 150% no segundo semestre de 2022.

No que se refere ao transporte, apesar de a maior parte ser efetuada dentro da ilha, houve um aumento dos custos, que ainda é relativamente baixo em comparação com os custos de transporte das importações do estrangeiro.

Assim, os agricultores, bem como os transformadores, tiveram de aumentar os custos dos seus produtos desde o início da guerra, mas fizeram-no de qualquer forma, como já foi referido, mantendo uma margem de lucro baixa. No entanto, o aumento do custo do trigo antigo é proporcionalmente muito inferior ao aumento do trigo convencional.

De facto, quando lhes foi perguntado como é que a guerra afetou a sua cadeia de abastecimento, todos os entrevistados me disseram que a sua cadeia permaneceu praticamente intacta, se excluirmos os pequenos valores adicionais relativos à energia.

Depois de ter verificado esta dinâmica, interessava-me perceber se, de facto, esta crise económica resultante da guerra, uma crise económica que se traduziu numa crise alimentar em muitas partes do mundo, como vimos, poderia representar, juntamente com a anterior crise desencadeada pela pandemia, o ponto de viragem para a Sicília se tornar autossuficiente em termos alimentares e contar com a sua própria produção de trigo, dada a iminente instabilidade da situação geopolítica mundial.

Apesar de os agricultores, mesmo aqui, terem registado um aumento da procura dos grãos antigos em detrimento dos definidos como convencionais, ainda é muito pouco.

Giacomo é céptico quanto a isto, porque, como diz, estas situações de crise vêm e vão, nunca duram o suficiente para agitar a política local. Como ele diz: “hoje os portos estão fechados e o

preço é alto, amanhã os portos estão abertos e o preço desce”. Acrescentou ainda que a lógica dos preços baixos é eticamente incorreta, uma vez que alguém tem de sofrer com essa descida. Sergio acrescenta que se trata fundamentalmente de um problema cultural, uma vez que o consumidor siciliano continua a comprar o produto mais barato e não o de melhor qualidade. Assim, neste contexto, para Sergio, a guerra não influenciou em nada a mudança de tendência. Alfonso pensa o mesmo que Giacomo e Sergio. Mas, ao contrário deles, viu na crise uma chamada de atenção, uma possível oportunidade para construir uma reviravolta. Mas, como também diz, foi demasiado pouco e demasiado curto para alterar a tendência.

Acima de tudo, como também me confirmou, para se chegar a um ponto de viragem, não se pode pensar em chegar lá sem uma direção política definida, aludindo ao facto de que, como também afirma Alonso-Fradejas (2015), a Soberania Alimentar (assim como a autossuficiência), deve ser adaptada aos ritmos políticos da comunidade, o que seria a solução para as incertezas desencadeadas por crises e eventos geopolíticos como o que estamos a viver atualmente.

7.3. Síntese

Uma vez analisados os resultados obtidos nas entrevistas, resta-nos apresentá-los de forma a termos uma visão homogénea dos mesmos e a podermos lê-los em relação uns aos outros.

Assim, sabemos que os grãos antigos são variedades fisiologicamente mais resistentes do que os grãos convencionais, sendo estes últimos variedades selecionadas e, algumas delas, geneticamente modificadas, precisamente com vista à utilização de produtos químicos para a sua manutenção.

Os grãos antigos são variedades resistentes à seca severa, uma vez que são variedades já predispostas a suportar o clima siciliano, são biologicamente resistentes às pragas e são fisicamente mais poderosas, com alturas até dois metros, características que as tornam dominantes entre as ervas daninhas. Por conseguinte, são variedades que não necessitam de qualquer tipo de input externo.

Esta característica, como vimos, é particularmente importante e tem um grande impacto no volume de negócios dos agricultores, uma vez que estes podem redirecionar quaisquer custos de input para os salários que oferecem aos seus empregados.

Verificámos também que, embora as variedades de trigo antigo rendam geralmente menos do que os trigos convencionais, o rendimento inferior é sempre compensado, por um lado, pelo

preço de venda significativamente mais elevado em comparação com os trigos convencionais e, por outro, pela ausência dos *inputs* externos.

Daqui se conclui que o cultivo de grãos antigos se revela, a priori, uma opção economicamente viável.

Apesar disso, o mercado dos grãos antigos continua a ser um nicho de mercado, que ainda luta para entrar na dieta cotidiana dos consumidores e que ainda não representa uma alternativa aos produtos fabricados com grãos convencionais.

O facto de se tratar de um nicho de mercado justifica-se principalmente por duas razões, uma económica e outra cultural.

Do ponto de vista económico, o preço dos grãos antigos e dos seus produtos derivados continua a ser demasiado elevado ou, pelo menos, está muito longe do preço dos grãos convencionais, que, salvo algumas crises como as que analisámos, continua a ser muito mais baixo.

Do ponto de vista cultural, o consumidor siciliano ainda não está sensibilizado para gastar mais para obter um produto de melhor qualidade e mais saudável.

Por esta razão, e também porque o mercado siciliano está praticamente saturado, alguns produtores de grãos antigos são obrigados a exportar os seus produtos para o Norte de Itália, embora privilegiem o mercado siciliano como primeira escolha.

Constatámos também que alguns dos produtores entrevistados têm um círculo económico tão vasto que necessitam de empregados, que trabalham regularmente nas explorações e recebem um salário, graças ao qual são economicamente independentes.

No que respeita ao apoio financeiro externo, verificámos que a única entidade/instituição que se afirma no apoio a este tipo de agricultura é a União Europeia através da PAC. Nem as entidades locais, nem as regionais, nem as nacionais apoiam a produção desses grãos.

Do ponto de vista ambiental, pode afirmar-se que a cultura de grãos antigos é um fator de recuperação da biodiversidade siciliana, uma vez que estas variedades são autóctones da ilha. Esta certeza é reforçada pelo facto de o cultivo ser efetuado, na grande maioria dos casos, sem recurso a pesticidas, fertilizantes e herbicidas.

Sabemos que a cadeia de abastecimento dos grãos antigos é também diferente noutras questões, éticas e sociais.

Os agricultores de Simenza, e dos grãos antigos em geral, desempenham um papel de resistência face aos mercados convencionais geridos por multinacionais e têm como objetivo criar um mercado independente e dar aos consumidores a oportunidade de fazerem uma escolha ambientalmente correta, saudável e eticamente justa.

De facto, para já, o objetivo dos agricultores sicilianos é a autossuficiência alimentar siciliana.

Um dos aspetos importantes, que faz parte da ética de trabalho dos agricultores de grãos antigos, é o desejo de dar a conhecer o seu trabalho, de difundir o conhecimento sobre a agricultura e a produção e, assim, desempenhar um papel educativo para ritmos mais saudáveis e sustentáveis. No que diz respeito às questões sociais, os agricultores de grãos antigos enfrentam o problema do individualismo e da independência que existe entre os agricultores na Sicília e tentam contrariar esta tendência precisamente fazendo parte da associação e tentando reunir outros agricultores.

O individualismo na agricultura siciliana, como vimos, resulta principalmente de dois fenómenos. O primeiro é devido ao neoliberalismo, que fez do mercado um lugar anónimo e esvaziou-o do seu carácter social.

O segundo, de natureza cultural, resulta de um problema de que a Sicília sofre, nomeadamente, como o defini nos parágrafos anteriores, o da “delinquência agrícola”, que mais não faz do que obrigar os agricultores a fecharem-se em si próprios para evitar roubos ou danos.

Em ambos os casos, os agricultores de Simenza pretendem resolver estes problemas recriando o sentido de comunidade e de coesão nas zonas rurais.

No que diz respeito à dinâmica das cadeias de abastecimento dos grãos antigos durante a pandemia de Covid-19, verificou-se uma valorização destes últimos, principalmente devido ao facto de, durante o confinamento, os consumidores terem visto o seu tempo livre aumentar e terem optado por passá-lo a cozinhar, a fazer pão e massas com outros ingredientes que não os convencionais. Este facto fez aumentar substancialmente a procura de farinhas de grãos antigos e, conseqüentemente, a produção.

A cadeia de abastecimento de cereais antigos, nesta situação específica, revelou-se particularmente resiliente devido à sua comercialização em cadeias de abastecimento curtas e locais. Esta situação traduziu-se na facilidade com que este tipo de cadeia conseguiu chegar ao consumidor, que foi apenas minimamente afetado pelas restrições à circulação, dada a redução substancial da distância que os produtos tiveram de percorrer.

A par da resiliência, é também de salientar a fiabilidade desta cadeia de abastecimento, sobretudo do ponto de vista dos preços, que se revelaram estáveis, com exceção do aumento mínimo dos custos de transformação, em contraste com a flutuação dos preços dos produtos industriais e de larga escala.

Assim, mesmo durante uma situação de crise tão peculiar e imprevisível, os grãos antigos conseguiram manter os seus circuitos comerciais e preços estáveis.

É também importante sublinhar o facto de a produção se ter mantido mais elevada do que no período anterior à Covid, evidenciando, precisamente, uma estabilidade da procura.

No que diz respeito ao comportamento da cadeia de abastecimento dos grãos antigos durante a crise económica que eclodiu devido à guerra na Ucrânia, sabemos que, inclusive durante este evento, houve uma apreciação dos grãos antigos em detrimento dos grãos modernos, principalmente devido aos preços, que dispararam para os grãos convencionais.

Em contrapartida, os preços dos grãos antigos, mais uma vez, mantiveram-se quase idênticos aos do período anterior à guerra.

Esta situação resulta basicamente do facto de a produção de grãos antigos ser independente de fatores externos, que, precisamente, não são influentes.

A única alteração registada na cadeia de produção dos grãos antigos foi o ligeiro aumento dos preços devido única e exclusivamente ao aumento generalizado da energia elétrica, utilizada na moagem em pedra destes grãos, e ao aumento dos combustíveis, utilizados nos transportes dentro da ilha.

Também neste caso, é de salientar o facto de a procura se ter mantido praticamente inalterada, mesmo após a descida dos preços dos cereais convencionais.

8. Conclusão

Se a revisão da literatura nos serviu para compreender e analisar as dinâmicas subjacentes ao comércio agroalimentar global, no capítulo do estudo de caso foi possível compreender essas dinâmicas aplicadas ao território siciliano, de onde emergiram conclusões que confirmam a tese exposta na primeira parte.

Essas conclusões dizem respeito às dimensões abordadas durante a análise dos resultados e expressam ainda uma relação direta com os temas abordados na primeira parte da dissertação.

Conclui-se que a dos grãos antigos é uma cadeia de abastecimento que pode - e já funciona - como um vetor de desenvolvimento económico das zonas rurais, dado o importante retorno económico que os produtores têm, apesar de os grãos antigos produzirem menos do que os grãos convencionais.

Outro aspeto importante a salientar é que alguns produtores têm empresas tão grandes que podem empregar outros indivíduos, tornando-os economicamente independentes.

É certo que o desenvolvimento económico conduz ao bem-estar económico dos indivíduos que dele beneficiam, mas nem sempre conduz ao bem-estar social. Ou seja, o desenvolvimento económico nem sempre é promotor do desenvolvimento social da comunidade se o primeiro se limitar apenas ao crescimento económico.

Como tivemos oportunidade de analisar, o da Sicília não é caso disso, dado o vasto projeto que os agricultores de Simenza levam a cabo, incluindo no seu seio também questões sociais, como a da reestruturação do bem-estar social nas zonas rurais e a da luta contra o individualismo em que os agricultores caíram desde que o neoliberalismo esvaziou o mercado da sua conotação social

A dos grãos antigos é, portanto, uma cadeia de abastecimento que procura reintegrar (*re-embedding*) o lado social no próprio funcionamento do mercado. Por esta razão, é uma cadeia que visa promover o desenvolvimento social e comunitário das zonas rurais, bem como salvaguardar os seus traços culturais antes que estes sejam completamente absorvidos pela globalização e, assim, apagados.

Vimos que a dos grãos antigos é também uma cadeia de abastecimento que visa salvaguardar e restaurar a biodiversidade na Sicília através do cultivo consciente de variedades autóctones. Como analisámos durante a revisão da literatura, o paradigma da GR, que inclui a utilização de agrotóxicos, monoculturas e agricultura intensiva, levou à extinção de várias

espécies vegetais locais que, no passado, representavam uma fonte de subsistência nas várias áreas geográficas.

O mesmo estava prestes a acontecer na Sicília, se não fosse a estação de granicultura de Caltagirone, que preservou o germoplasma das várias espécies de trigo siciliano. Por conseguinte e felizmente, os grãos antigos conseguiram escapar a essa seleção artificial engendrada pelo homem e, graças a isso, estão já a atuar como um fator de reintegração da fauna e da flora sicilianas.

No que se refere à questão ambiental, temos provas empíricas dos benefícios do cultivo de cereais antigos, benefícios esses que já podem ser observados no campo siciliano, pois, onde existem culturas de grãos antigos, podem ser observadas várias espécies de insetos e aves difíceis de encontrar hoje em dia.

Considerando a viabilidade económica deste tipo de produção, juntamente com os benefícios que traz para o ambiente, podemos afirmar que o setor dos grãos antigos é uma cadeia de abastecimento que pode ser utilizada como promotora de um desenvolvimento económico verdadeiramente sustentável, em que a produção e o crescimento económico coincidem com a preservação e mesmo a recuperação da biodiversidade.

Os agricultores de grãos antigos estão envolvidos no processo de desintermediação, em que agricultores, transformadores e vendedores, através de “acordos de cadeia de abastecimento”, criam uma cadeia de abastecimento própria, em que os atores que a compõem têm 100% do poder de decisão sobre quantidades a comercializar e preços a adotar, evidenciando um exemplo claro de realocização do poder de decisão dentro da comunidade. A desintermediação, como vimos, é um dos paradigmas a implementar para que as cadeias de abastecimento alimentar possam ser encurtadas de forma a garantir o comércio local.

Vimos ainda que a investigação científica só é efetivamente desenvolvida e restringida nas mãos de multinacionais e empresas privadas, assim como salientado pela FAO (2015). Graças ao testemunho de Silvia, sabemos que, embora tenha sido provado empiricamente que a Timilia pode ser dada aos celíacos, sem provas científicas, nomeadamente provas que os agricultores sicilianos não são economicamente capazes de realizar, não é possível criar um mercado para essa variedade de trigo.

Constatámos também que o período de crise vivido durante a pandemia de Covid-19 inverteu certas tendências, nomeadamente a de um consumo mais consciente dos alimentos. Neste sentido, sabemos que a procura de produtos derivados de grãos antigos aumentou durante o período de crise.

Mas, como mostra o estudo, uma vez atenuadas as restrições à circulação, infelizmente, a procura não continuou a aumentar, porque os consumidores voltaram aos seus hábitos alimentares anteriores à pandemia, hábitos esses induzidos pelo processo designado por ‘supermarketização’, tal como referido na revisão da literatura.

Embora a procura de grãos antigos no período pós-pandémico não tenha mantido o ritmo de crescimento registado, não deixa de ser notável que tenha permanecido mais ou menos igual, evidenciando como, apesar de não ter representado um ponto de viragem, a crise vivida durante a pandemia estimulou uma forma de consumo diferente, mais atenta às questões ambientais, éticas e sociais.

Como afirmam os estudiosos Van der Ploeg (2020), Bello (2020) e Campbell (2021), a pandemia pode representar uma oportunidade para que alternativas viáveis ao sistema alimentar neoliberal sejam implementadas. A que é favorecida acima de todas as outras é a Soberania Alimentar.

Como tivemos a oportunidade de analisar durante o estudo, e dada a convergência de ideais entre os agricultores de grãos antigos e os princípios da Soberania Alimentar, poder-se-ia pensar que o seu objetivo é construir um projeto de Soberania Alimentar na Sicília.

Na verdade, não é bem assim, porque, como vimos, a Soberania Alimentar é um projeto que precisa de ser implementado na sua totalidade, o que não está a acontecer na Sicília, uma vez que os agricultores de Simenza não se baseiam na declaração de Nyéléni, mas constroem um projeto ditado pelos seus próprios princípios.

No entanto, o projeto que os agricultores sicilianos estão a levar a cabo constitui já uma base sólida para uma futura implementação, na sua totalidade, da Soberania Alimentar.

Olhando para a cadeia de abastecimento de grãos antigos durante a crise alimentar e económica desencadeada pelo confronto armado na Ucrânia, a independência de insumos externos que a produção de grãos antigos tem como sua principal característica deve ser destacada. Graças ao seu circuito fechado, a cadeia de abastecimento de grãos antigos conseguiu manter os preços dos seus produtos estáveis numa altura em que os preços da energia e do trigo importado subiram em flecha. Como analisámos, este facto também aumentou a valorização dos grãos antigos neste contexto.

Mas, infelizmente, mesmo durante esta dinâmica específica, essa valorização não conseguiu representar o ponto de viragem para que os grãos antigos se tornassem substitutos diretos dos grãos convencionais e, portanto, para que o projeto de uma Sicília autossuficiente se consolidasse.

Em ambas as dinâmicas estudadas, da crise socioeconómica desencadeada pela pandemia e da crise económica e alimentar desencadeada pela guerra na Ucrânia, verifica-se que a principal razão pela qual estas crises não se transformaram em oportunidades foi a ausência de uma estratégia política que pudesse promover e sobretudo orientar a sociedade para um paradigma socioeconómico alternativo, como a Soberania Alimentar, cujos defensores apelam, precisamente, a um maior controlo governamental sobre o sector agroalimentar.

Sem isso, infelizmente, perdemos a oportunidade.

No entanto, o facto de, durante os dois contextos em questão, a procura e a produção terem aumentado e, acima de tudo, terem sido mantidas, é a prova de que o sistema económico em que vivemos não é, afinal, insuperável, deixando uma pista aberta para um futuro diferente e mais justo.

Relativamente a possíveis investigações futuras, gostaria de deixar algumas sugestões. Estas sugestões decorrem do facto de, durante a minha investigação ao longo de toda a dissertação, me ter apercebido que faltavam alguns estudos que deveriam ser feitos, de forma a tornar o estudo dos sistemas alimentares mais definido e com conceitos sólidos.

Certamente, o conceito de relocalização, tanto da produção e do consumo, como do poder de decisão, deve ser aprofundado. O que certamente falta aqui é a construção da relocalização como um conceito definido por si só, uma vez que, até à data, o tema é tratado apenas como uma conotação geográfica de onde se realiza a produção, ou o consumo, ou de onde deriva o poder de decisão.

Para além de Robbins (2013, 2015), que marcou o início da construção conceitual da relocalização, faltam ainda muitos estudos sobre a mesma, quer de uma forma geral, quer como promotora do desenvolvimento económico das zonas rurais.

Penso que é também de distinta importância relacionar o estudo sobre a relocalização com o da produção agroalimentar baseada em variedades vegetais autóctones, dada a importância do primeiro como vetor de desenvolvimento económico e dada a importância do segundo para a questão da sustentabilidade ambiental. A relocalização baseada na produção de variedades autóctones seria um projeto de desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

É certo que faltam estudos socioeconómicos e investigações destinadas a estudar a forma como a Sicília pode tornar-se autossuficiente. Mas, antes disso, deveriam ser efetuados estudos aprofundados sobre esta nova dinâmica dos grãos antigos, uma vez que a única informação que se encontra são artigos não científicos.

Por conseguinte, é preciso estudar as potencialidades e as possibilidades que a cadeia de abastecimento dos grãos antigos tem para se colocar no centro de um projeto de desenvolvimento económico e sustentável das zonas rurais sicilianas e de toda a região.



Figura 8.1.1 – Uma espiga de trigo Timilia, dada pela Silvia. Fonte: fotografia do autor

Referências bibliográficas

- Akinola, R., Pereira, L. M., Mabhaudhi, T., De Bruin, F. M., & Rusch, L. (2020). A review of indigenous food crops in Africa and the implications for more sustainable and healthy food systems. *Sustainability*, 12(8), 3493.
- Akram-Lodhi, A. H. (2007). Land, markets and neoliberal enclosure: an agrarian political economy perspective. *Third world quarterly*, 28(8), 1437-1456.
- Albergoni, L., & Pelaez, V. (2007). Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas?. *Revista de Economia*, 33(1).
- Alexander, P., Arneith, A., Henry, R., Maire, J., Rabin, S., & Rounsevell, M. D. (2023). High energy and fertilizer prices are more damaging than food export curtailment from Ukraine and Russia for food prices, health and the environment. *Nature Food*, 4(1), 84-95.
- Alonso-Fradejas, A., Borrás, S. M., Holmes, T., Holt-Giménez, E., & Robbins, M. J. (2018). Food sovereignty: convergence and contradictions, conditions and challenges. In *Food Sovereignty* (pp. 1-18). Routledge.
- Al Rawashdeh, R. (2020). World peak potash: An analytical study. *Resources Policy*, 69, 101834.
- Altieri, M. A. (2009). Green deserts: Monocultures and their impacts on biodiversity. *First Published In December 2009*, 67.
- Amadore, N. (2022, junho 4). Agricultura, la Sicilia rivendica il primato di imprese di giovani. *Il Sole 24 Ore*. <https://www.ilsole24ore.com/art/agricoltura-sicilia-rivendica-primato-imprese-giovani-AEdhZmeB>.
- Araghi, F. A. (1995). Global Depeasantization, 1945–1990. *The Sociological Quarterly*, 36(2), 337-368.
- Ball, R., & Johnson, C. (1996). Political, economic, and humanitarian motivations for PL 480 food aid: Evidence from Africa. *Economic Development and Cultural Change*, 44(3), 515-537.
- Barrett, C. B., & Maxwell, D. (2007). *Food aid after fifty years: Recasting its role*. Routledge.
- Bazzan, G., Daugbjerg, C., & Tosun, J. (2023). Attaining policy integration through the integration of new policy instruments: The case of the Farm to Fork Strategy. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 45(2), 803-818.
- Behnassi, M., & El Haiba, M. (2022). Implications of the Russia–Ukraine war for global food security. *Nature Human Behaviour*, 6(6), 754-755.
- Bello, W. (2020). Never let a Good Crisis go to Waste. *The Covid-19 Pandemic and the Opportunity for Food Sovereignty*.
- Ben Hassen, T., & El Bilali, H. (2022). Impacts of the Russia-Ukraine war on global food security: towards more sustainable and resilient food systems?. *Foods*, 11(15), 2301.
- Bernstein, H. (2001). 'The peasantry in global capitalism: who, where and why?'. *Socialist register*, 37.
- Bernstein, H. (2015). Food regimes and food regime analysis: a selective survey. *Land grabbing, conflict and agrarian*.
- Bernstein, H. (2016). Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. *The Journal of Peasant Studies*, 43(3), 611-647.

- Brand, U., Görg, C., & Wissen, M. (2020). Overcoming neoliberal globalization: Social-ecological transformation from a Polanyian perspective and beyond. *Globalizations*, 17(1), 161-176.
- Bruce, C. (2015). Food Diplomacy: Explaining the History of Public Law 480 During the Eisenhower Presidency. *The Mirror-Undergraduate History Journal*, 35(1), 149-163.
- Brunori, G., & Guarino, A. (2013). Security for whom? Changing discourses on food in Europe in times of a global food crisis. In *Food security, nutrition and sustainability* (pp. 63-82). Routledge.
- Boix-Fayos, C., & de Vente, J. (2023). Challenges and potential pathways towards sustainable agriculture within the European Green Deal. *Agricultural Systems*, 207, 103634.
- Borras Jr, S. M. (2008). La Vía Campesina and its global campaign for agrarian reform. *Journal of agrarian change*, 8(2-3), 258-289.
- Burch, D., & Lawrence, G. (2009). Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and human values*, 26, 267-279.
- Burnett, K., & Murphy, S. (2014). What place for international trade in food sovereignty?. *Journal of Peasant Studies*, 41(6), 1065-1084.
- Campbell, C. (2021). The impact of COVID-19 on local government stakeholders' perspectives on local food production. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 10(2), 71-88.
- Ching, L., Edwards, S., & El-Hage, S. (2011). *Climate change and food systems resilience in sub-saharan Africa*. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).
- Clarke, W. C. (2003). THE SUSTAINABILITY OF SUSTENANCE: Land and agricultural production in the Third World. In *Companion Encyclopedia of Geography* (pp. 679-704). Routledge.
- Clapp, J. (2012). The financialization of food: who is being fed. *Draft: April, 29(2012)*, 16-19.
- Clapp, J. (2023). Concentration and crises: exploring the deep roots of vulnerability in the global industrial food system. *The Journal of Peasant Studies*, 50(1), 1-25.
- Contini, E. (2004). Agricultura e política agrícola comum da União Européia. *Revista de Política Agrícola*, 13(1), 30-46.
- Dekeyser, K., Korsten, L., & Fioramonti, L. (2018). Food sovereignty: shifting debates on democratic food governance. *Food Security*, 10, 223-233.
- Dooley, L. M. (2002). Case study research and theory building. *Advances in developing human resources*, 4(3), 335-354.
- Eliazer Nelson, A. R. L., Ravichandran, K., & Antony, U. (2019). The impact of the Green Revolution on indigenous crops of India. *Journal of Ethnic Foods*, 6(1), 1-10.
- Eurostat. (2023, agosto). Gross domestic product (PPS per inhabitant), 2020. <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/RCI/#?vis=nuts2.economy&lang=en>.
- Eurostat. (2023, agosto). Employment rate, From 20 to 64 years, 2021. <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/RCI/#?vis=nuts2.labourmarket&lang=en>.
- Eurostat. (2023, agosto). Young people neither in employment nor in education and training (% of population aged 15-24), 2021. <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/RCI/#?vis=nuts2.education&lang=en>.

- [FAO] Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2004). The State of Food and Agriculture 2003–2004.
- [FAO] Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2015). 70 anni della FAO (1945-2015).
- [FAO] Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2020). COVID-19 and the role of local food production in building more resilient local food systems. Rome.
- [FAO] Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2022). The importance of Ukraine and the Russian Federation for global agricultural markets and the risks associated with the current conflict.
- Feagan, R. (2007). The place of food: mapping out the ‘local’ in local food systems. *Progress in human geography*, 31(1), 23-42.
- Feindt, P. H. (2010). Policy-learning and environmental policy integration in the Common Agricultural Policy, 1973–2003. *Public Administration*, 88(2), 296-314.
- Friedmann, H. (1982). The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order. *American journal of sociology*, 88, S248-S286.
- Friedman, H., & McMichael, P. (1989). The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, 29(2), 93-117.
- Friedmann, H. (1992). Distance and durability: Shaky foundations of the world food economy. *Third World Quarterly*, 13(2), 371-383.
- Friedmann, H. (2005). From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. In *New directions in the sociology of global development* (Vol. 11, pp. 227-264). Emerald Group Publishing Limited.
- Friedmann, H. (2009). Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, 26, 335-344.
- Friel, S., & Lichacz, W. (2013). Unequal food systems, unhealthy diets. In *Food security, nutrition and sustainability* (pp. 135-149). Routledge.
- Galanakis, C. M. (2023). The “vertigo” of the food sector within the triangle of climate change, the post-pandemic world, and the Russian-Ukrainian war. *Foods*, 12(4), 721.
- Glaeser, B. (Ed.). (2010). *The Green Revolution revisited: critique and alternatives* (Vol. 2). Taylor & Francis.
- Gonzalez, C. G. (2002). Institutionalizing inequality: the WTO Agreement on Agriculture, food security, and developing countries. *Colum. J. Envtl. L.*, 27, 433.
- Hartwick, E., & Peet, R. (2003). Neoliberalism and nature: The case of the WTO. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 590(1), 188-211.
- Hinrichs, C. C. (2000). Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. *Journal of rural studies*, 16(3), 295-303.
- Hinrichs, C. C. (2003). The practice and politics of food system localization. *Journal of rural studies*, 19(1), 33-45.
- Ilbery, B. W., & Bowler, I. R. (2003). Industrialization and world agriculture. In *Companion Encyclopedia of Geography* (pp. 256-276). Routledge.
- Istat. (2023, julho). Dati statistici per il territorio. Regione Sicilia. https://www.istat.it/it/files/2020/05/19_Sicilia_Scheda.pdf.

- Kendall, H. W., & Pimentel, D. (1994). Constraints on the expansion of the global food supply. *Ambio*, 198-205.
- Kotz, D. M. (2010). Financialization and neoliberalism. *Relations of global power: Neoliberal order and disorder*, 1(1), 1-18.
- Lawrence, G. (2017). Re-evaluating food systems and food security: A global perspective. *Journal of Sociology*, 53(4), 774-796.
- Lee, D. R., & Barrett, C. B. (2001). *Tradeoffs Or Synergies?: Agricultural Intensification, Economic Development*. CABI Publishing.
- Margulis, M. E. (2017). The forgotten history of food security in multilateral trade negotiations. *World Trade Review*, 16(1), 25-57.
- McMichael, P. (2005). Global development and the corporate food regime. In *New directions in the sociology of global development*. Emerald Group Publishing Limited.
- McMichael, P. (2012). The land grab and corporate food regime restructuring. *The Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), 681-701.
- McMichael, P. (2013). *Food regimes and agrarian questions* (pp. 21-60). Halifax: Fernwood Publishing.
- Meyer, C. B. (2001). A case in case study methodology. *Field methods*, 13(4), 329-352.
- Moore, J. W. (2010). Cheap food & bad money: Food, frontiers, and financialization in the rise and demise of neoliberalism. *Review (Fernand Braudel Center)*, 225-261.
- Murphy, S., & Hansen-Kuhn, K. (2020). The true costs of US agricultural dumping. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 35(4), 376-390.
- National Geographic. (2023, agosto). MapMaker. <https://mapmaker.nationalgeographic.org/>.
- New Agencies. (2022, maio 14). India bans wheat exports, cites food security and soaring prices. *Al Jazeera*. <https://www.aljazeera.com/news/2022/5/14/india-bans-wheat-exports-cites-food-security-and-soaring-prices>.
- Niles, M. T., Ahuja, R., Barker, T., Esquivel, J., Gutterman, S., Heller, M. C., ... & Vermeulen, S. (2018). Climate change mitigation beyond agriculture: a review of food system opportunities and implications. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 33(3), 297-308.
- Owino, V., Kumwenda, C., Ekesa, B., Parker, M. E., Ewoldt, L., Roos, N., ... & Tome, D. (2022). The impact of climate change on food systems, diet quality, nutrition, and health outcomes: A narrative review. *Frontiers in Climate*, 4.
- Patel, R. (2013). The long green revolution. *The Journal of Peasant Studies*, 40(1), 1-63.
- Pechlaner, G., & Otero, G. (2013). Neoliberalism and food vulnerability: the stakes for the South. In *Food Security, Nutrition and Sustainability* (pp. 101-118). Routledge.
- Pe'er, G., Bonn, A., Bruelheide, H., Dieker, P., Eisenhauer, N., Feindt, P. H., ... & Lakner, S. (2020). Action needed for the EU Common Agricultural Policy to address sustainability challenges. *People and Nature*, 2(2), 305-316.
- Pereira, J. M. M. (2013). The World Bank and the political construction of structural adjustment programs in the 1980s. *Revista Brasileira de História*, 33, 359-381.
- Pingali, P. L. (2012). Green revolution: impacts, limits, and the path ahead. *Proceedings of the national academy of sciences*, 109(31), 12302-12308.

- Pinstrup-Andersen, P., & Hazell, P. B. (1985). The impact of the Green Revolution and prospects for the future. *Food Reviews International*, 1(1), 1-25.
- Robbins, M. J. (2013). Locating food sovereignty: geographical and sectoral distance in the global food system. *ISS Working Paper Series/General Series*, 557(557), 1-50.
- Robbins, M. J. (2015). Exploring the 'localisation' dimension of food sovereignty. *Third World Quarterly*, 36(3), 449-468.
- Rodrigo, I. (2022). Circuitos Curtos Agroalimentares: Percursos e Definições na União Europeia.
- Rosen, S. L., & Shapouri, S. (2008). *Obesity in the midst of unyielding food insecurity in developing countries* (No. 1490-2016-127636, pp. 10-15).
- Rosin, C., Stock, P., & Campbell, H. (2012). Food systems failure. *The Global Food Crisis and the Future of Agriculture*. NY, Earthscan, 236.
- Rosset, P., Collins, J., & Lappé, F. M. (2000). Lessons from the green revolution. *Third World Resurgence*, 11-14.
- SAPEA-Consortium. (2020). A Sustainable Food System for the European Union. Retrieved from Berlin: <https://www.sapea.info/wp-content/uploads/sustainable-food-system-report>.
- Schneider, M., & McMichael, P. (2010). Deepening, and repairing, the metabolic rift. *The Journal of peasant studies*, 37(3), 461-484.
- Sebby, K. (2010). The green revolution of the 1960's and its impact on small farmers in India.
- Smith, P., Bustamante, M., Ahammad, H., Clark, H., Dong, H., Elsiddig, E. A., ... & Bolwig, S. (2014). Agriculture, forestry and other land use (AFOLU). In *Climate change 2014: mitigation of climate change. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* (pp. 811-922). Cambridge University Press.
- Sommerville, M., Essex, J., & Le Billon, P. (2014). The 'global food crisis' and the geopolitics of food security. *Geopolitics*, 19(2), 239-265.
- Teixeira, O. A., & Lages, V. N. (1996). Do produtivismo à construção da agricultura sustentável: duas abordagens pertinentes à questão. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 13(3), 347-368.
- Thomas, G. (2011). A typology for the case study in social science following a review of definition, discourse, and structure. *Qualitative inquiry*, 17(6), 511-521.
- Tuttitalia. (2023, janeiro). Comuni siciliani per popolazione. <https://www.tuttitalia.it/sicilia/26-comuni/popolazione/>.
- Tuttitalia. (2023, janeiro). Regione Siciliana. <https://www.tuttitalia.it/sicilia/>.
- Van der Ploeg, J. D. (2020). From biomedical to politico-economic crisis: the food system in times of Covid-19. *The Journal of Peasant Studies*, 47(5), 944-972.
- Von Braun, J. (2018). Bioeconomy—The global trend and its implications for sustainability and food security. *Global food security*, 19, 81-83.
- Wallerstein, I. (2000). Globalization or the age of transition? A long-term view of the trajectory of the world-system. *International sociology*, 15(2), 249-265.
- Wessler, J. (2022). The EU's farm-to-fork strategy: An assessment from the perspective of agricultural economics. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 44(4), 1826-1843.
- Wittman, H., Desmarais, A. A., & Wiebe, N. (2010). Food sovereignty. *Reconnecting food, nature & community*.

Apêndices

Apêndice A – Guião de entrevista para compreender o funcionamento da associação

1. Porque nasceu a Simenza? Qual é o problema que pretende abordar?
2. O que é que pretende alcançar?
3. Porquê e quando é que se assistiu à perda das sementes autóctones da Sicília?
4. O que é que pretende provar?
5. Quais os objetivos que se propôs atingir que a associação conseguiu alcançar até agora?
6. Que impacto tiveram as restrições à circulação (de pessoas e bens) durante a Covid-19 nas cadeias de abastecimento de Simenza? Houve uma estabilidade de preços? Conseguiu garantir que os seus produtos chegassem ao consumidor apesar das restrições? A produção manteve-se mais ou menos igual à anterior à Covid?
7. Tendo em conta que os produtos dos seus membros são distribuídos através de cadeias de abastecimento curtas, tendo em conta a independência da produção destes cereais em relação aos produtos petroquímicos, como os pesticidas e os fertilizantes, tendo em conta o facto de os cereais serem autóctones, os preços de venda dos grãos antigos sicilianos e das farinhas deles derivadas sofreram alterações durante a crise alimentar desencadeada pelo início da guerra na Ucrânia?
8. O aumento vertiginoso do preço dos cereais desde o início da guerra na Ucrânia fez com que cada vez mais sicilianos optassem pelas farinhas sicilianas de grãos antigos e não pelas farinhas convencionais?
9. O projeto Simenza está estritamente relacionado com a agricultura ou é um projeto mais amplo, envolvendo também a esfera política, social e educacional? A associação Simenza luta pela Soberania Alimentar?
10. Que papel desempenham as instituições locais na sustentação de Simenza? E as regionais? E as nacionais?
11. Recebe algum tipo de financiamento da União Europeia enquanto “associação para a promoção duma agricultura não convencional”?
12. Quem são os consumidores dos produtos elaborados a partir dos trigos sicilianos? Como pode a associação Simenza alargar o leque de consumidores?

Apêndice B – Guião de entrevistas destinado aos agricultores

1. Por que razão decidiu iniciar uma produção agrícola baseada na utilização de sementes autóctones sicilianas e em técnicas de fertilização e de proteção das culturas que não implicam a utilização de produtos químicos?
2. Porque é que acha que é importante seguir estes modos de produção?
3. Que benefícios observáveis obtém o ambiente com estas técnicas utilizadas? Que benefícios constata na sua propriedade agrícola?
4. Como é que isto (este modo de fazer agricultura) o beneficia a si, produtor, em termos económicos?
5. Que vantagens retira do facto de ser membro da associação Simenza?
6. Recebe financiamentos específicos de instituições locais, regionais ou nacionais enquanto produtor não convencional?
7. Durante as décadas de 1960 e 1970, a agricultura especializou-se, foram introduzidas novas técnicas agrícolas, bem como a utilização de pesticidas e fertilizantes químicos. Tem alguma recordação desse período? Se sim, pode dizer-me como é que essa mudança afetou a agricultura na Sicília? Que consequências teve essa mudança para os pequenos agricultores?
8. Pode viver dos rendimentos de uma empresa (a sua) que não pratica a monocultura, que produz variedades autóctones biológicas e que se baseia numa comercialização em cadeias de abastecimento curtas?
9. A quem se destinam os seus produtos? Qual é o mercado dos seus produtos? Estes produtos são acessíveis a todos ou fazem parte de um nicho de mercado?
10. A sua empresa é familiar ou representa também uma fonte de rendimento para terceiros? No caso da segunda opção, as pessoas que trabalham na sua empresa conseguem ser economicamente independentes graças ao trabalho que lhes presta?
11. Qual é o objetivo que pretende alcançar com a sua empresa?
12. Que efeito tiveram na sua produção as restrições às deslocações (e às relações comerciais) impostas devido à Covid? Dado que a comercialização dos seus produtos se baseia em cadeias de abastecimento curtas e na produção de variedades autóctones (e com técnicas que defino como "não dependentes de fatores externos"), pode dizer que a sua cadeia produtiva tem sido mais resiliente do que as grandes cadeias de abastecimento alimentar?
13. A guerra na Ucrânia afetou a sua produção? A guerra influenciou os seus custos de produção? A guerra influenciou os custos de venda dos grãos antigos?

14. Enquanto produtor "não convencional", recebe financiamentos da PAC? Em caso afirmativo, houve alguma alteração no pagamento do seu financiamento com a entrada em vigor da nova PAC (pós-2020), em comparação com a PAC 2014-2020?

Apêndice C – Guião destinado ao proprietário do moinho

1. Porque é que processa os grãos antigos sicilianos? Qual é a diferença em relação aos grãos convencionais?
2. Atualmente, pode um moinho basear-se única e exclusivamente na transformação dos grãos antigos?
3. Qual é o mercado dos seus produtos? Os seus produtos destinam-se ao consumo na Sicília ou são exportados?
4. Quem são os seus clientes?
5. Porque é que aderiu a Simenza? Quais são as vantagens que obtém como membro? Quais são os seus desafios?
6. Qual é o objetivo que pretende alcançar com o processamento de grãos antigos?
7. Que efeito é que as restrições às deslocações durante a Covid-19 tiveram na produção? E nas vendas?
8. Que efeito teve a guerra na Ucrânia na sua produção? Registou alguma estabilidade de preços, dado que a cadeia de abastecimento de grãos antigos é independente da dinâmica do comércio mundial?
9. Desde o início da guerra, a procura de farinha de grãos antigos aumentou?